

Eduardo Lucas Vasconcelos Cruz

Mestre em História e bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista - UNESP, professor do Centro Universitário Lusiada – UNILUS

Beatriz Cristine Souza Dias

Discente do 4º ano do curso de Relações Internacionais do Centro Universitário Lusiada e bolsista do Programa de Iniciação Científica da instituição do Centro Universitário Lusiada – UNILUS

*Artigo recebido em abril de 2016 e
aprovado em setembro de 2016.*

TRÉGUA PARA O CONTRA-ATAQUE: A POLÍTICA EXTERNA DA RÚSSIA NOS ANOS 90

RESUMO

Este artigo descreve a conduta internacional da Rússia nos anos posteriores à dissolução da União Soviética. Parte-se da hipótese de que as forças do antigo regime conservaram sua influência no aparelho de Estado, o que deu-lhes condições para orientar decisões de política externa e preparar a ascensão de Vladimir Putin ao poder, em consonância com a 'estratégia de longo alcance' concebida pelo Departamento de Desinformação da KGB em 1958-1960.

Palavras-Chave: Inteligência; Forças Armadas; Socialismo; Geopolítica; Movimento Eurasiano.

TRUCE FOR THE COUNTER-ATTACK: RUSSIA'S FOREIGN POLICY IN THE 90S

ABSTRACT

This article describes the actions of Russia in the international arena in the years after the breakup of the Soviet Union. It sustains the hypothesis that the forces of the old regime retained their influence in the State apparatus, which gave them conditions to guide foreign policy decisions and prepare the rise of Vladimir Putin to power, in line with the 'long range strategy' conceived by the Disinformation Department of the KGB in 1958-1960.

Keywords: Intelligence; Armed Forces; Socialism; Geopolitics; Eurasian Movement.

1 INTRODUÇÃO: A DISSOLUÇÃO DA UNIÃO SOVIÉTICA

A implosão da URSS produziu transformações geopolíticas tão dramáticas quanto repentinas. No âmbito global, eliminou temporariamente a bipolaridade político-estratégica que caracterizava o cenário internacional no período 1945-1989, na medida em que o Pacto de Varsóvia desapareceu e os regimes socialistas do leste europeu deram lugar a democracias livres da tutela do Kremlin. No âmbito regional, provocou o surgimento de 15 Estados independentes. Oriundos das antigas repúblicas soviéticas e situados em diferentes níveis de desenvolvimento, esses países iniciaram uma tumultuada – e não raro incompleta – transição para o pluripartidarismo e a economia de mercado.

Boa parte da bibliografia disponível no Brasil aponta a dissolução da URSS como resultado do fracasso do plano reformista com o qual Mikhail Gorbachev intentava revigorar o parque produtivo soviético (Perestroika) e promover uma abertura política (Glasnost) sem pôr em risco o caráter socialista do regime (GORBACHEV, 1987, pp. 37-39). Desde os anos 70 a economia da URSS encontrava-se semi-estagnada, enquanto as potências ocidentais ampliavam sua dianteira na corrida tecnológica. Para reverter esta tendência, a equipe ministerial empossada por Gorbachev em 1985 concebeu um programa que previa a modernização das empresas estatais, a redução das despesas militares, a retirada das tropas estacionadas no Afeganistão, negociações com os EUA para frear a corrida armamentista, o fim da ingerência nos assuntos internos das nações do leste europeu e a abolição das restrições à liberdade de expressão e associação.

Algumas dessas diretrizes foram implementadas com êxito e tiveram conseqüências importantes. Com o fim da ingerência soviética no leste europeu, os “países-satélites” – Polônia, Hungria, Tchecoslováquia, Bulgária, Romênia, Alemanha Oriental – obtiveram sua efetiva autodeterminação, uma vez que os regimes socialistas ali vigentes eram incapazes de se sustentar sem a retaguarda militar da URSS¹. Com isso, desapareceu a tutela exercida pelo Kremlin sobre a região, juntamente com o Pacto de Varsóvia, o que alterou o equilíbrio de poder em favor do Ocidente (1989). A abertura política na URSS, por sua vez, viabilizou o florescimento de reivindicações emancipacionistas nas repúblicas não-russas. Tornou-se impossível contê-las num império multinacional cuja única garantia de coesão territorial era a repressão da KGB² aos dissidentes. Por conseguinte, em 1990-1991 os parlamentos locais das repúblicas soviéticas – eleitos livremente pela primeira vez na História – aprovaram sucessivas declarações pelas quais seus países abandonavam a União e ingressavam no rol dos Estados soberanos. Fracassaram as posteriores gestões de Gorbachev para mantê-los unidos a Moscou na forma de um novo tratado (1991).

Em vista do que precede, a esfera de influência geopolítica do Kremlin encolheu drasticamente em apenas dois anos (1989-1990). Ao mesmo tempo, as medidas econômicas introduzidas pela Perestroika custavam a produzir resultados e as reformas no organograma do Estado reduziam as prerrogativas do PCUS (Partido Comunista da União Soviética). Neste momento a liderança soviética aparentemente cindiu-se e perdeu o controle dos acontecimentos, que se precipitaram em rápida sucessão. Em agosto de 1991, uma facção ortodoxa do PCUS aliou-se a setores do Exército para tomar o poder, reverter as mudanças em curso e restaurar as feições ditatoriais do regime. Gorbachev foi deposto e mantido sob custódia na Criméia por três dias. Todavia, o golpe foi frustrado pelo recém-eleito Presidente Boris Yeltsin, que o resgatou e reempossou-o no cargo de Secretário-Geral do Partido. Na condição de novo árbitro da situação, Yeltsin determinou a prisão de vários burocratas envolvidos no complô, dissolveu o Comitê Central do PCUS e suspendeu suas atividades em todo o país. Ficou evidente que o contragolpe transferira a última palavra do Secretariado-Geral para a Presidência, que por décadas fora um cargo honorífico. Nos meses seguintes esvaiu-se qualquer expectativa que Gorbachev tinha de manter as 15 repúblicas costuradas entre si por meio de um novo tratado. Em 1º de dezembro a Ucrânia aprovou sua emancipação em referendo popular. Uma semana depois, os Presidentes da Rússia, Bielorrússia e Ucrânia assinaram os Acordos de Belavezha, por força dos quais a URSS deixava de existir e criava-se a CEI (Comunidade de Estados Independentes), à qual depois aderiram outras repúblicas recém-emancipadas³. Diante da ratificação dos acordos pelo Poder Legislativo, Gorbachev aceitou o fato consumado,

¹ Em 7 de dezembro de 1988, Gorbachev anunciou que o governo soviético abandonaria a “doutrina Brezhnev”, nos termos da qual a URSS arrogava-se o direito de intervir nas nações integrantes do Pacto de Varsóvia a fim de evitar que elas se desviassem da rota socialista. A partir daí, começou o repatriamento das tropas russas aquarteladas na Polônia, na Hungria, na Tchecoslováquia, na Bulgária e na Alemanha Oriental. Até então, apenas a Romênia não tinha militares soviéticos estacionados no seu território.

² KGB – Comitê de Segurança do Estado: era o principal serviço de inteligência da URSS, encarregado tanto da repressão interna como da espionagem no Exterior. Fundado logo após a Revolução Russa, mudou de nome e sigla várias vezes: Cheka, OGPU, GUGB e, finalmente, KGB.

³ Nem todas as antigas repúblicas da URSS ingressaram na CEI. Os Estados bálticos – Lituânia, Estônia e Letônia – preferiram ligar seu destino à União Européia e à OTAN. A CEI funciona como um foro de cooperação econômica e militar entre os países membros, reunidos em pé de igualdade formal.

renunciou às suas funções e transferiu as prerrogativas do Secretariado-Geral para a Presidência da República, ocupada por Yeltsin. Era o fim da URSS.

2 A HIPÓTESE DO COLAPSO PLANEJADO

Em vista do que precede, tem-se a impressão de que a implosão da URSS resultou de uma reforma mal conduzida, no curso da qual a liderança soviética se dividiu e perdeu o controle do processo, atropelada que foi por acontecimentos desdobrados em rápida sucessão. Esta é uma interpretação comum na bibliografia disponível. Sem entrar no mérito da questão, os parágrafos seguintes expõem uma interpretação distinta, pouco conhecida no Brasil: a dissolução da URSS foi planejada com antecedência para induzir o Ocidente a abaixar a guarda e injetar doses maciças de capital e tecnologia na Rússia, cujo regime assumiria uma aparência democrática e amistosa, porém se preparando em sigilo para retomar sua política expansionista.

Semelhante tese não mereceria crédito se não fosse por um detalhe: todos os acontecimentos de 1985-1991 foram previstos pelo major Anatoliy Golitsyn, um desertor da KGB que 20 anos antes tentou alertar as potências ocidentais para a existência do plano acima, denominado 'estratégia de longo alcance'. Golitsyn serviu na KGB de 1946 a 1961. Frequentou a Escola Superior de Inteligência e a Escola de Estudos Avançados de Diplomacia da URSS (1948-1952), cumpriu missões de espionagem na Áustria (1953-1954), cursou a Academia da KGB (1954-1959) e serviu como analista sênior na Seção anti-OTAN do Departamento de Informação da KGB (1959-1960), vulgo Departamento 16, repartição que rotineiramente trocava relatórios e memorandos com o Departamento de Desinformação (BLIGHT et WELCH, 1998, pp. 69 e 85). Foi dentro deste último⁴ que a 'estratégia de longo alcance' foi concebida. Golitsyn foi testemunha ocular desse processo antes de ser designado para uma nova missão de espionagem, desta vez na Finlândia (1960-1961), onde desertou. De lá voou para os EUA, sob proteção da CIA, a cujos analistas revelou o que sabia sobre as atividades da KGB contra o Ocidente.

As informações fornecidas por Golitsyn permitiram à CIA⁵ e ao MI-6⁶ identificar vários traidores em suas fileiras, uma vez que ele tinha conhecimento detalhado sobre a infiltração da KGB nos serviços secretos do Ocidente. Assim os ingleses descobriram que Kim Philby, Donald Maclean, Guy Francis Burgess e John Vassall eram informantes da KGB. A inteligência americana, por sua vez, soube que um dos seus informantes, Aleksander Kopatzky, era um agente duplo usado pela KGB para iludir a CIA com pistas falsas (HOLZMAN, 2008, pp. 209-210).

Entretanto, nem todas as afirmações de Golitsyn receberam crédito dos seus ouvintes. Quando o major descreveu a 'estratégia de longo alcance', a maioria dos analistas da CIA e do MI-6 considerou a tese inconsistente com os dados disponíveis. Pareceu-lhes improvável a existência de um plano dessa envergadura. Segundo Golitsyn, a KGB já estava preparando o terreno com medidas de desinformação, através das quais o Ocidente recebia falsos sinais de que os países socialistas estavam rivalizando entre si e evoluindo rumo a uma abertura política e econômica. Eram sinais enviados através de múltiplos canais, aparentemente desconexos uns dos outros: pseudo-desertores, agentes duplos, comunicados oficiais, jornais, acordos diplomáticos, propostas, etc. O truque consiste em misturar algumas mentiras e várias verdades, de forma que o receptor aceite todo o conteúdo como confiável. Este procedimento, repetido a conta-gotas por anos a fio, pode viciar a análise de um serviço de inteligência e induzi-lo a conclusões equivocadas sobre as intenções do inimigo e suas ações de longo prazo. Com isso, o governo cometerá erros de cálculo em suas decisões de política externa, uma vez que os relatórios de inteligência o alimentaram com uma visão borrada da realidade. Os regimes totalitários levam vantagem sobre as democracias no jogo da desinformação, pois a censura à imprensa e o rígido controle sobre o fluxo de dados para o Exterior dificultam vazamentos, assim como facilitam manobras de dissimulação e mascaramento. Ademais, a ausência de eleições permite que um grupo restrito de homens permaneça no comando do Estado por décadas, viabilizando planos de longo prazo. Por fim, a "cultura do sigilo" otimiza a divisão das tarefas, de sorte que vários agentes podem ser usados nas operações de desinformação sem saber do que participam, enquanto um número pequeno de homens as planeja.

Segundo Golitsyn, um plano similar à 'estratégia de longo alcance' já havia sido implementado durante os primeiros anos de existência da URSS, logo após a guerra civil que devastou o país (1918-1921). Naquelas circunstâncias, seria impossível reconstruir a agricultura e a indústria usando apenas recursos internos. Ciente disso, o governo soviético lançou a NEP (Nova Política Econômica). Durante este período (1921-1928), a URSS legalizou a

⁴ Tanto o Departamento 16 como o Departamento de Desinformação estavam subordinados à Diretoria de Inteligência Exterior da KGB, ou 1ª Diretoria Superior. Foi ela que deu origem ao SVR quando a KGB foi desmembrada (1991), enquanto as demais Diretorias deram origem ao FSB.

⁵ Central Intelligence Agency: fundada em 1947, é o principal serviço de inteligência dos EUA.

⁶ Military Intelligence, Section 6: fundado em 1909, é o principal serviço de inteligência do Reino Unido. Cuida apenas da espionagem no Exterior. As atividades de contrainteligência e contraterrorismo estão a cargo do MI-5.

propriedade privada e abriu sua economia a empresas estrangeiras, que passaram a operar no país sob regime de concessão em vários setores: petróleo, mineração, eletricidade, indústria química, transporte ferroviário e metalurgia (SUTTON, 1968, pp. 18-28, 50-51, 92-99, 215-218, 239-240). No Exterior, a NEP foi vista como evidência de que a URSS renunciaria aos seus propósitos revolucionários. Segundo Golitsyn

Para os líderes soviéticos o significado era bastante diferente. Eles pretendiam que a NEP não apenas trouxesse a recuperação econômica, mas servisse também para: evitar uma revolta interna, expandir o comércio exterior, atrair capital e know-how estrangeiros, obter reconhecimento diplomático, evitar grandes conflitos com as potências ocidentais, neutralizar o movimento dos exilados e ajudar a promover a revolução mundial através do movimento comunista (GOLITSYN, 1984, p. 12).

Com efeito, em suas relações com o Ocidente, a URSS camuflou seus propósitos. Ao revisar o discurso que seria proferido pelo chefe da delegação soviética na Conferência de Gênova (1922), Lênin ordenou que ele suprimisse a passagem relativa à “inevitável revolução violenta e o recurso à luta sangrenta”. Também mandou cortar a assertiva de que “nosso conceito histórico inclui o uso de medidas violentas”, bem como a alusão à “inevitabilidade de novas guerras mundiais”. E encerrou suas correções com a seguinte instrução: “Em hipótese alguma devemos usar palavras ameaçadoras” (LÊNIN, 1969, p. 410). O público estrangeiro recebeu sinais de que a URSS caminhava para um relaxamento da censura e da repressão. A KGB criou falsos movimentos de oposição, como a Aliança Monarquista da Rússia Central, projetados para atrair os verdadeiros opositores do governo, dentro e fora do país. Esses inocentes eram depois usados em operações de infiltração e desinformação, alguns sem perceber, outros recrutados mediante chantagem. Exilados foram incentivados a retornar, nos termos da anistia decretada em 3 de novembro de 1921 (GRAY, 1996, p. 176). O restante da História é conhecido: após a reconstrução do parque produtivo, o regime endureceu a perseguição aos dissidentes, encerrou a NEP e retomou as concessões feitas aos investidores estrangeiros – manobra que seria repetida décadas depois, quando Putin nacionalizou vários setores da economia russa (2004-2008)⁷. Agora compreende-se o que Gorbachev queria dizer quando se referia a Lênin como “o inspirador ideológico da Perestroika” (GORBATCHEV, 1987, p. 25).

Embora o episódio da NEP fosse um exemplo eloqüente de lição oferecida pela História, a maioria dos analistas da CIA ignorou os alertas de Golitsyn. Pareceu-lhes duvidosa a existência da ‘estratégia de longo alcance’. Muitos deles contestaram, por exemplo, a tese de que a Cisão Sino-Soviética⁸ era um jogo de cena armado para iludir o

⁷ Em 29 de abril de 2008, Putin promulgou a Lei das Indústrias Estratégicas, que relaciona 42 atividades econômicas agrupadas nas seguintes classificações: materiais nucleares, equipamentos criptográficos, armamento, aviação e indústria aeroespacial, emissores de rádio e canais de TV, monopólios naturais, telecomunicações, pesquisas geológicas e minérios de interesse nacional. O texto estipula que fica sujeita à aprovação do governo qualquer transação que implique participação estrangeira no capital e na diretoria de empresas engajadas em tais atividades. A assinatura da lei foi o ponto culminante de um processo. As nacionalizações começaram quando o governo retomou o controle acionário da Yukos, responsável por 20% da extração de petróleo (19/12/2004). O acordo foi selado por intermédio da Rosneft, companhia estatal presidida pelo coronel Igor Sechin, ex-oficial do GRU e prócer do Movimento Eurasiano. No ano seguinte sobreveio a aquisição da Gazprom, responsável por 92% da produção nacional de gás: o Estado ampliou sua fatia no capital da empresa de 38% para 51%, utilizando uma subsidiária da Rosneft para fechar o negócio (15/06/2005). Posteriormente, uma lei editada pelo Presidente outorgou à Gazprom o monopólio da exportação de gás natural (18/07/2006). A companhia adquiriu a participação dos investidores ingleses, holandeses e japoneses na planta gaseífera de Sakhalin (21/12/2006), bem como os direitos da British Petroleum sobre o campo de Kovykta (22/06/2007). Na área industrial, a fábrica de automóveis Avtovaz, filial da GM, foi comprada pela Rosoboronexport, firma estatal de armamentos dirigida pelo general Sergey Chemezov, ex-oficial da KGB (27/10/2005). A Rosoboronexport também tornou-se acionista majoritária da VSMPO-Avisma, maior produtora mundial de titânio e chapas de alumínio (07/11/2006), e obteve o monopólio das exportações de material bélico por força de lei (19/01/2007). O governo retomou o controle da Atomstroieexport, construtora de usinas atômicas, por intermédio da OMZ (29/10/2004), bem como o comando da ZID, fabricante de equipamentos nucleares, que passou ao acervo da Tekhsnabexport após uma série de jogadas contratuais levadas a efeito em 2005-2006. A relação acima não inclui empresas públicas fundadas no mesmo período, como a Almaz-Antey (aviação militar, 24/04/2002), a OSK (construção naval, 22/03/2007), a Rostekhnologii (P&D de tecnologias críticas, 23/11/2007) e a OAK, fabricante de caças e bombardeiros formada a partir da fusão de companhias estatais e privadas (MIG, Sukhoi, Tupolev, Ilyushoin, Yakovlev, 20/02/2006). Planos para criar 40 conglomerados estatais encarregados de produzir fibras ópticas, itens eletrônicos e equipamentos espaciais foram divulgados pelo Vice-Primeiro-Ministro, Serguei Ivanov, ex-oficial da KGB e Presidente da OAK (19/04/2007).

⁸ Expressão usada para designar a rivalidade que emergiu entre a China e a URSS no final dos anos 50, em razão de divergências ideológicas e interesses conflitantes (1960-1989). A Cisão provocou ‘rachas’ em partidos comunistas do mundo inteiro e induziu várias potências ocidentais a reavaliarem suas diretrizes diplomáticas em relação a Moscou e Pequim.

Ocidente. Ironicamente, esta foi confirmada décadas depois por Hércules Corrêa, dirigente do Partido Comunista Brasileiro que residiu na URSS nos anos 70⁹.

Golitsyn inteirou-se da 'estratégia de longo alcance' em 1959-1960, quando conviveu com Grigory Grigorenko, Vasily Sitnikov, Nikolay Kostenko e Boris Smirnov, todos do Departamento de Desinformação da KGB. Na época, o Departamento era chefiado pelo coronel Ivan Agayants e achava-se mobiliado com peritos especializados em vários temas: EUA, OTAN, América Latina, movimentos sindicais, propaganda, aviação, foguetes, etc. Em virtude do caráter sui generis da sua missão, mantinha canais de comunicação com o GRU¹⁰ e o Comitê Central do PCUS, ao contrário de outros departamentos da KGB. Sua criação resultou de sucessivas reuniões e consultas (GOLITSYN, 1984, pp. 46-51). As análises e previsões de Golitsyn ficaram em sigilo até 1984, quando ele as publicou no livro *New lies for old*. O ano merece especial atenção: em 1984 Gorbachev ainda não havia chegado ao poder, a Perestroika e a Glasnost ainda não haviam começado, a ditadura soviética estava endurecendo a repressão e as tensões com o Ocidente vinham crescendo em virtude do fracasso da détente¹¹. Portanto, era um momento em que soaria estranho predizer as mudanças que ocorreriam a partir de 1985. Golitsyn antecipou quase todas elas:

- a) A abertura política será rápida e impressionante. Haverá uma aparente redução do papel do PCUS e será instituída a separação entre os três Poderes, ostensivamente independentes entre si. Presos políticos serão libertados e exilados serão convidados a retornar sob anistia. A censura à imprensa será abolida e os sindicatos passarão a operar com mais autonomia. O governo promulgará emendas constitucionais assegurando a liberdade de associação. Os cidadãos obterão permissão para viajar ao Exterior. Observadores ocidentais serão convidados a ver de perto as reformas em curso.
- b) O regime de partido único será abolido. Surgirão novos partidos e movimentos, que terão liberdade para se manifestar. Isso dará credibilidade à abertura aos olhos do Ocidente. Porém, quase todos eles serão organizações fantoches, criadas ou infiltradas pela KGB, que controlará seus líderes a partir dos bastidores.
- c) O Muro de Berlim cairá e a Alemanha será reunificada. O Pacto de Varsóvia será dissolvido. Moscou proporá que a OTAN também seja dissolvida ou posta sob direção da OSCE (Organização para a Segurança e Cooperação na Europa).
- d) Com o suposto fim da ameaça soviética, os movimentos pacifistas do Ocidente intensificarão sua campanha pela redução do orçamento militar dos EUA, pela retirada das tropas americanas da Europa e por um acordo de desarmamento Washington-Moscou.
- e) A coordenação entre Moscou e certos líderes políticos da sua antiga zona de influência não será afetada pelo fim do Pacto de Varsóvia nem pela eventual dissolução da URSS. Ela será mantida por intermédio de uma subestrutura clandestina controlada pela KGB e por tratados assinados entre a Rússia e países da área recém-emancipados.
- f) As potências ocidentais relaxarão as restrições que impedem a transferência de tecnologia avançada para a Rússia. O país obterá acesso a empréstimos externos para sanear sua economia (GOLITSYN, 1984, pp. 89-90, 241, 265, 333, 339, 341, 345, 350 e 364).

As previsões acima se consumaram nos seis anos seguintes. Em agosto de 1991, quando Gorbachev foi deposto pela "linha-dura" do PCUS e reempoesado dias depois graças à reação do Presidente Yeltsin, a maioria dos observadores estrangeiros viu nesses eventos uma evidência de que o establishment soviético havia rachado. Golitsyn avaliou os eventos de modo bastante distinto. Segundo o major, o "golpe" e seu posterior "fracasso" foram uma encenação destinada a: (1) Convencer o Ocidente de que a abertura política da URSS era genuína e respaldada por

⁹ Hércules Corrêa viveu em Moscou de 1974 a 1979, na qualidade de exilado protegido pelo governo soviético. Numa entrevista concedida à TV Câmara em 15/05/2003, prestou a seguinte declaração sobre um jantar que teve com agentes da KGB naquela época: "Em pleno atrito da URSS com a China, em um jantar desses foi um cara que tinha vindo da fronteira e foi para lá. Aí eles levaram. Uma mulher que era da KGB levou ele. Aí foi lá, começou a conversar, a tomar vinho e a cantar. Eles gostavam de cantar. São farristas, né? Aí eu comecei a perguntar a ele sobre o negócio da fronteira. Ele disse: 'Tem coisa nenhuma, tem encenca nenhuma. Os chineses de lá e nós de cá, a gente festeja todo dia. Não tem atrito nenhum. Isso é história para inglês ver. Isso é para o noticiário mundial'."

¹⁰ GRU: Diretoria de Inteligência do Estado-Maior das Forças Armadas.

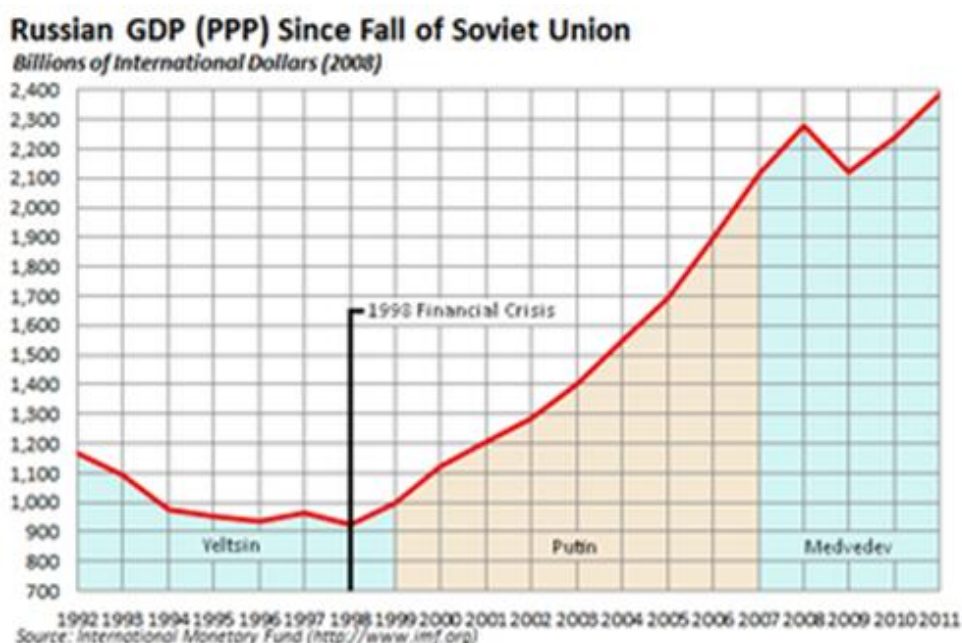
¹¹ Expressão usada para designar os entendimentos mantidos entre Washington e Moscou nos anos 70, quando houve certo relaxamento da tensão EUA-URSS. Na época, as duas superpotências negociaram a adoção de medidas para limitar seus arsenais nucleares e assinaram os Acordos de Helsinque. Todavia, esta fase de relativa aproximação foi encerrada em 1979, quando a URSS invadiu o Afeganistão.

setores do próprio PCUS convertidos à democracia; (2) Assustar o Ocidente com o espantinho de um possível retorno da “linha-dura” ao poder; (3) Induzir o público externo a crer que esse perigo só poderia ser evitado se o Ocidente apoiasse o governo “reformador” e “moderado” de Yeltsin, ajudando-o com empréstimos, investimentos e tecnologia. Tal era a interpretação de Golitsyn, contida em dois memorandos datados de 20 e 26 de agosto de 1991. Para o ex-oficial da KGB, uma pista indicava que o golpe havia sido uma farsa: os supostos conspiradores não cortaram as comunicações do país com o Exterior, como seria usual nessas circunstâncias. O público internacional pôde acompanhar a crise em tempo real – e isso parecia ser desejado por eles (GOLITSYN, 1995, pp. 139-144).

3 ECONOMIA E POLÍTICA EXTERNA NO GOVERNO YELTSIN (1991-1999): VELHA GUARDA vs. ‘JOVENS REFORMADORES’

Sob direção de Yeltsin, a Rússia deu prosseguimento à sua transição para um regime de maior liberdade política e econômica: o governo legalizou a propriedade privada - que outrora existia em escala limitada ou clandestina -, facilitou as importações e privatizou numerosas empresas públicas, responsáveis pela geração da maior parte do PIB. O novo marco regulatório das atividades econômicas, decerto mais aberto à competição e à livre iniciativa do que a legislação anterior, foi adotado num contexto político sui generis: o país completou sua transição de um regime totalitário para uma democracia pluripartidária, na qual, porém, quase todos os líderes políticos provinham do antigo tripé PCUS-KGB-Exército, onde haviam sido forjados e doutrinados nas décadas anteriores. Era a velha elite política em nova roupagem, agora operando por intermédio de vários partidos, enquanto no Exterior havia quem acreditasse que ela havia se tornado adepta da democracia e aliada do Ocidente. Boa parte das companhias estatais postas à venda foram arrematadas por figurões da antiga nomenklatura, agora convertidos em empresários e eventualmente associados à máfia, graças aos contatos que a KGB mantinha com traficantes internacionais desde os anos 60, quando os usava como canal para operações clandestinas. A KGB continuou operando, agora desmembrada em duas agências: o FSB, encarregado da contra-inteligência e da segurança interna, e o SVR, responsável pela espionagem no Exterior.

Nesse contexto, o que sucedeu durante a “transição” foi uma verdadeira pilhagem do patrimônio público, no curso da qual as melhores posições foram ocupadas por quem estava bem situado no momento oportuno. Enquanto isso, o restante da população adaptava-se às tontas a uma economia em recessão. Recém-expostas a um choque de competitividade, as empresas russas cortaram custos promovendo demissões e substituindo seu obsoleto maquinário por bens de capital importados. Centenas de fábricas fecharam as portas. O PIB caiu de US\$ 1,2 trilhão para US\$ 980 bilhões no biênio 1992-1993, seguindo em queda nos anos seguintes. Diante da insuficiente arrecadação de impostos, o Estado cortou despesas fechando bases militares e missões no Exterior, inclusive a brigada de infantaria que se achava aquartelada em Cuba desde 1963.



A abertura política e econômica da Rússia, a redução da sua presença militar no Exterior e o aparente fim das suas ambições imperialistas levaram as maiores potências do Ocidente a fornecer-lhe vultosos empréstimos e remover os embargos tecnológicos que impunham ao país. Entre os liberais, era comum a crença de que a democracia e o livre mercado só se consolidariam na Rússia se a sua economia fosse reativada por uma injeção de capital externo. Caso contrário, a recessão se prolongaria e geraria um clima de radicalização eleitoral propício ao retorno do totalitarismo. Tal suposição, somada à sensação de “fim da ameaça soviética” e à percepção de que um “mundo de oportunidades” acabara de se abrir às empresas ocidentais, levou os EUA, a Alemanha e o Japão a eliminar as restrições que impediam a transferência de tecnologias avançadas para a Rússia e emprestar-lhe massivas somas de dinheiro.

A proposta de eliminar os embargos já havia surgido em 1988, quando um relatório do Conselho Nacional de Pesquisas dos EUA recomendou o relaxamento dos controles, sob alegação de que eles prejudicavam oportunidades de negócios das empresas americanas na URSS. O documento acrescentava que, diante da redução das tensões Leste-Oeste proporcionada pela Perestroika, perdia sentido controlar o intercâmbio de certas tecnologias por razões de segurança nacional (NATIONAL RESEARCH COUNCIL, 1988, pp. 218-244). O primeiro passo foi dado pouco antes da ascensão de Yeltsin ao poder: em 7 de junho de 1990, os países membros do COCOM¹² removeram 38 itens da lista de tecnologias que não podiam ser transferidas para a URSS - que assim caiu de 116 para 78 itens (LEWIS, 1990, p. 69). Começaram as negociações entre Moscou e Berlim com vistas a uma revisão das proibições em vigor (STENT, 1999, pp. 67 e 120). No caso das relações Washington-Moscou, os arquivos oficiais mostram que, durante o biênio 1991-1992, quadruplicou o número de autorizações concedidas pelo Departamento de Comércio dos EUA para a exportação de tecnologias sensíveis à Rússia. Apenas seis empresas americanas tiveram seus pedidos negados (NATIONAL RESEARCH COUNCIL, 1994, pp. 112-113). Via de regra, os argumentos favoráveis ao relaxamento da vigilância enfatizavam que “empresas européias e japonesas têm levado vantagem sobre as norte-americanas no mercado russo (...), pois seus governos adotam procedimentos mais flexíveis na concessão de licenças” (DULA, RUBINO et TRACY, 1993, pp. 442 e 446). Acatando essa orientação, em abril de 1994, logo após a dissolução do COCOM, o Presidente Bill Clinton revogou as normas que restringiam a venda de equipamentos de telecomunicações, supercomputadores e outros itens à Rússia (TARLOWE, 1995, pp. 980-981).

No campo econômico, o fraseado liberal sobre o “fim da ameaça soviética” permitiu que a Rússia recebesse doses expressivas de ajuda econômica do Ocidente para modernizar sua infraestrutura, reformar suas instituições e assistir sua população. O auxílio foi fornecido tanto por intermédio de instituições multilaterais – FMI e BIRD – como por vias bilaterais. No caso das relações Tóquio-Moscou, por exemplo, o Japão abriu uma linha de crédito de US\$ 1,5 bilhão e lançou o Plano de Suporte ao Comércio e à Indústria da Rússia (1993-1994) (FERGUSON, 2008, pp. 64 e 157), enquanto a Alemanha injetou DM 18 bilhões no país (1991-1995) (BRÜCKER, 1996, p. 19). O governo norte-americano, por sua vez, aprovou o FSA (Freedom Support Act, 1992), pelo qual o Poder Executivo ficava autorizado a oferecer sua cooperação financeira, técnica e material aos países da antiga URSS, a fim de consolidar a democracia e o livre mercado na região. Por intermédio deste e de outros programas, os EUA forneceram US\$ 8,9 bilhões em assistência à Rússia (1992-2001), em variadas modalidades: estoques de alimentos, remédios, formação de RH, orientação técnica, empréstimos, fortalecimento institucional, segurança de instalações nucleares, etc. (TARNOFF, 2003, p. 2).

Também foi expressiva a ajuda obtida de bancos multilaterais. O FMI disponibilizou US\$ 37 bilhões, dos quais a Rússia sacou US\$ 22 bilhões e reembolsou US\$ 4,6 bilhões (1992-1999) (COLUMBUS, 2003, p. 34). Estima-se que o governo Yeltsin recebeu um total de US\$ 36 bilhões de cinco programas e instituições – FMI, BIRD, FSA, Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento e Programa de Assistência Técnica da União Européia à CEI. Se forem acrescentados outros programas, a cifra sobe para US\$ 66 bilhões – quantia superior à desembolsada pelos EUA para implementar o Plano Marshall (GAO, 2000, pp. 6 e 9). Já os investimentos externos ficaram num nível modesto: US\$ 14 bilhões, em sua maioria provenientes de companhias alemãs e norte-americanas que participaram das privatizações (LANE, ODING et WELFENS, 2003, p. 212).

Duas indagações emergem desse quadro. Se a Rússia recebeu doses massivas de capital e tecnologia dos seus antigos inimigos, por que a economia continuou em crise até 1999? E por que o país não consolidou uma cultura política de apreço à democracia e ao Ocidente? As razões parecem ser várias. Do ponto de vista econômico, as fugas de capital superaram os influxos: estima-se que US\$ 10 bilhões foram enviados para fora do país por ano (GAO, 2000, p. 208). Há indicações consistentes de que 91% desse montante estava relacionado a atividades ilícitas, como

¹² Criado em 1948, o COCOM (Coordinating Committee for Multilateral Export Controls) constituía um foro no âmbito do qual os EUA e 16 países aliados padronizavam as restrições que impunham às suas respectivas empresas no tocante à exportação de tecnologias sensíveis e materiais estratégicos para Estados do bloco socialista. Por meio de listas de itens proibidos, o bloco impedia que estes fossem vendidos a nações do campo inimigo.

narcóticos, contrabando de armas e tráfico de mulheres (FREITAS et KAR, 2013, p. 15). Quem seguir esta pista talvez consiga explicar porque a máfia russa consolidou sua posição global nos anos 90 e porque o maior traficante de armas do mundo era o coronel Viktor Bout, ex-oficial do GRU e inspirador do filme “Lord of War”. Ademais, as autoridades russas não estavam preparadas para controlar os múltiplos canais clandestinos de saída financeira que surgiram após a abertura econômica. Some-se a isso o nível de corrupção que permeava o regime soviético e pode-se imaginar a dimensão do saque promovido por homens bem situados durante os anos de transição.

Além disso, a ajuda ocidental parecia ser mal distribuída e mal orientada, com foco excessivo na reforma da economia, seguindo a concepção mecanicista de que a criação de um ambiente regulatório propício ao florescimento da livre iniciativa automaticamente gera um ambiente político favorável à consolidação da democracia parlamentar. Um exame perfunctório dos dados indica que a ajuda externa beneficiou sobretudo o Estado russo – e indiretamente sua casta burocrática –, modernizando seus recursos materiais e aprimorando sua capacidade de gestão num contexto econômico diverso do anterior. Poucos benefícios parecem ter chegado à população, exceto de forma marginal e assistencial, servindo, quando muito, para atenuar os custos sociais da recessão. Os empréstimos do FMI eram concedidos sob condição de que o país implementasse programas de ajuste que contemplavam metas de inflação, privatizações, etc. Corretas ou equivocadas, muitas dessas medidas foram adotadas em circunstâncias que expunham a intrusão do Fundo nos assuntos internos da Rússia, despertando a irritação de um povo tradicionalmente cioso da independência nacional. Para citar apenas alguns exemplos, os russos souberam pelos jornais que certos decretos assinados por Yeltsin haviam sido redigidos pessoalmente pelo economista Jeffrey Sachs, na época conselheiro do FMI junto ao Kremlin (1991-1994). No segundo mandato do Presidente, vazou a informação de que o Vice-Primeiro-Ministro Anatoly Chubais (1997-1998) acatava instruções enviadas pelo Vice-Secretário do Tesouro dos EUA, Lawrence Summers, sobre como administrar a economia russa. Tempos depois, a imprensa noticiou que um relatório do Kremlin ao FMI havia sido, em verdade, escrito pelo representante local do Fundo e depois apenas assinado pelo Primeiro-Ministro Viktor Chernomyrdin (REDDAWAY et GLINSKI, 2001, p. 297). Obviamente, tais episódios acentuaram os sentimentos antiocidentais da população, o que parecia ser desejado por certos setores da burocracia.

No caso do FSA e outros programas de ajuda dos EUA à Rússia, os “objetivos fundamentais” perseguidos por Washington eram três, conforme expôs Richard Morningstar, conselheiro especial do Secretário de Estado dos EUA, durante depoimento prestado à Câmara de Deputados em 14 de novembro de 1995:

- (1) Fortalecer a segurança dos EUA, ajudando a Rússia a reduzir seu arsenal de armas de destruição massiva e encorajando a desmilitarização do país
- (2) Ajudar a Rússia a estabelecer um mercado aberto e competitivo, o que abre oportunidades de comércio e investimento para as empresas americanas e gerará o crescimento econômico indispensável à consolidação da democracia
- (3) Promover governos democráticos e sociedades abertas, incluindo o desenvolvimento de jornais livres e ONGs de todo tipo, a fim de fiscalizar o cumprimento da lei (MORNINGSTAR, 1995, p. 5)

As estatísticas mostram que 52% da verba enviada à Rússia via FSA destinava-se à reforma da sua economia, enquanto o restante era dividido entre assistência humanitária emergencial, reforço da segurança militar-nuclear e iniciativas de fortalecimento da democracia (GAO, 2000, p. 58). Em 1992-1998 a assistência direta dos EUA à Rússia totalizou US\$ 5,45 bilhões, dos quais apenas 2,3% foram direcionados a programas de reforma democrática (GOLDGEIER et MCFAUL, 2003, pp. 114-115). Em outras palavras, a maior parte da assistência norte-americana buscava estabilizar a economia russa, privatizar suas empresas, legalizar propriedades e regulamentar o direito contratual. Uma ínfima parcela do auxílio subsidiava a criação de sindicatos livres, a formação de um Judiciário isento, o surgimento de jornais independentes e a supervisão das eleições.

Nos EUA, o Prof. Constantine Menges foi um dos poucos que tentaram alertar o governo para as conseqüências que esta distorção teria a longo prazo, uma vez que permanecia intacta a hegemonia política da velha guarda, formada por agentes da KGB, oficiais do Exército e figurões do antigo PCUS, que continuavam a ocupar cargos de relevo, usando apenas nova roupagem sob novas siglas. Ao priorizar a reforma econômica da Rússia para “abrir oportunidades para as empresas americanas”, a Casa Branca parecia esquecer que aqueles homens haviam nascido, crescido e feito carreira sob o regime soviético, do qual receberam uma formação antidemocrática e antiocidental. Mantida a velha guarda no poder, a Rússia provavelmente voltaria a ameaçar o Ocidente depois que sua economia se recuperasse, previu Menges em 1996. Para evitar isso, aconselhava o professor, os EUA deveriam redistribuir os recursos da sua ajuda à Rússia, priorizando a reforma democrática. Isso significaria dar amplo financiamento a partidos

pró-democracia e pró-mercado como o Yabloko, de forma que estes pudessem disputar as eleições em pé de igualdade com a elite incrustada na burocracia estatal e sindical. Também seria preciso forçar Moscou a aceitar uma reforma doutrinária das suas Forças Armadas e serviços secretos, a fim de expurgar a mentalidade antiliberal e antiamericana ali vigente. Ou seja, as instituições russas deveriam ser submetidas a um processo de “dessovietização” similar ao processo de desnazificação imposto à Alemanha após a 2ª Guerra Mundial.

A Casa Branca fazia pouco ou nada nesse sentido. Em artigo publicado em 1996, Menges notava que “o programa de assistência dos EUA à Rússia tem falhado em sustentar e encorajar partidos políticos pró-democracia e sindicatos livres”, que obtiveram apenas 14% dos votos nas eleições legislativas de 1995, enquanto os comunistas e ultranacionalistas obtiveram 43%. Segundo o professor, “o resultado desapontador das eleições deveria servir de alerta ao governo dos EUA e levá-lo a aumentar substancialmente a assistência direcionada à democratização da Rússia” (MENGES, 1996, p. 544). Ao comentar as cifras da USAID, Menges assinalou que, no triênio 1994-1996, a agência destinou apenas US\$ 12 milhões à construção de partidos na Rússia, o que punha os liberais em desvantagem na disputa por votos e atenção, pois:

As forças antidemocráticas do antigo regime dispõem de enormes recursos que podem ser usados na competição política – aliados no governo e no empresariado, meios de comunicação, cidadãos organizados nas antigas associações controladas pelo Estado e somas substanciais de dinheiro (MENGES, 1996, p. 545)

Nas associações laborais a situação era mais crítica, pois “mais de 90% dos trabalhadores sindicalizados pertencem aos sindicatos controlados pelos comunistas”. Seguindo estes de perto, os ultranacionalistas formavam a 2ª maior legenda do país, fundada com o nome enganoso de Partido Liberal-Democrático da Rússia, sob liderança do coronel Vladimir Zhirinovskiy. Só anos depois veio à tona que o PLDR fora concebido e subsidiado pela KGB, que o controlou clandestinamente desde o seu surgimento (1989) para “direcionar os interesses e sentimentos de certos grupos sociais”, segundo documentos publicados por Alexander Yakovlev, ex-Diretor do Departamento de Propaganda do PCUS (YAKOVLEV, 2003, p. 574). Nem mesmo partidos autenticamente liberais como o Yabloko estavam limpos, pois “agentes da KGB têm se infiltrado em quase todas as organizações, partidos e movimentos democráticos ou de direita”, como notou um observador militar da Espanha em 1995 (PÉREZ, 1995, p. 59). Conforme visto, isso tudo já estava nas previsões de Anatoliy Golitsyn, às quais a Casa Branca não deu crédito.

O empenho da embaixada americana na reversão desse quadro era nulo: no quadriênio 1992-1995, a USAID destinou apenas US\$ 6 milhões à formação de sindicatos livres na Rússia. Era evidente, segundo o Prof. Menges, que “o programa de assistência dos EUA direcionou pouquíssimos recursos à democratização e desmilitarização da Rússia, em comparação com os programas de desenvolvimento de infraestrutura e distribuição de alimentos” (MENGES, 1996, pp. 545, 546 e 550). Embriagados pela sua “vitória” na Guerra Fria, os norte-americanos dedicavam quase toda a sua atenção à coleta dos despojos proporcionados pela abertura da Rússia. As reformas e concessões econômicas feitas por ministros liberais – como Anatoly Chubais e Andrei Kozyrev – obscureciam o fato de que numerosos cargos eram ocupados por homens da velha guarda (DUHAMEL, 2010, p. 97). Da mesma forma, as três instituições-chave do antigo regime não foram extintas nem reformadas, apenas rebatizadas. O Exército Vermelho passou a chamar-se Exército russo, preservando sua formação doutrinária; a KGB dividiu-se em duas agências, FSB e SVR, mantendo sua estrutura e sua rede de informantes; o PCUS foi renomeado Partido Comunista da Rússia, conservando seus tentáculos na sociedade: as ligas estudantis e sindicatos, também rebatizados, conforme notou o Prof. Menges ao recomendar uma completa revisão do programa de assistência dos EUA à Rússia:

Quando a ditadura caiu, os EUA e seus aliados deveriam ter feito uma análise para identificar os líderes e grupos que pareciam genuinamente comprometidos com a democracia. Após fazer isso e entender a urgência de ajudar esses grupos, os países democráticos deveriam ter encontrado maneiras de encorajá-los e fornecer-lhes suporte no nível necessário para seguir adiante, de forma a consolidar movimentos e instituições pró-democracia. Embora algo tenha sido feito nesse sentido, foi muito pouco diante das oportunidades e necessidades existentes. Por conseguinte, os nascentes grupos pró-democracia se encontram em significativa desvantagem, enquanto partidos comunistas rebatizados e organizações controladas por eles – como os sindicatos ligados ao antigo regime – fazem uso político das suas redes preestabelecidas, das suas conexões dentro do governo e das suas expressivas somas de dinheiro (MENGES, 1996, pp. 552-553)

Qual a explicação para o foco distorcido da assistência dada à Rússia? Por que a implantação da “economia de mercado” recebeu prioridade sobre outros programas? Uma das possíveis razões seria a ânsia de faturar

os dividendos da derrocada soviética abrindo “oportunidades de comércio e investimento para as empresas americanas”, como admitiu Richard Morningstar, conselheiro especial do Secretário de Estado dos EUA. Outra razão seria a crença, comum entre os liberais, de que não é preciso investir muito na reforma democrática das instituições, pois esta ocorrerá automaticamente como consequência da abertura econômica. Trata-se, como destacou o Prof. Menges, de

Uma concepção enviesada do processo de transição como algo determinado pela economia. Embora os líderes das potências ocidentais continuamente enfatizem os objetivos gêmeos de promover a transformação econômica e democrática [na Rússia], concentram todas as suas atenções e recursos de larga escala na assistência voltada para a estabilização macroeconômica e projetos de privatização. Muitos no Ocidente parecem acreditar que promover crescente pluralismo econômico e prosperidade na Rússia levará necessariamente à liberalização política e finalmente à genuína democracia (MENGES, 1996, p. 554)

Os esforços investidos pelos EUA na reforma as instituições militares russas, além de diminutos, eram limitados dois objetivos: reduzir o “risco nuclear” e direcionar para fins pacíficos os institutos de pesquisa outrora voltados para o desenvolvimento de armas. Durante a vigência do regime socialista, a URSS mantinha mísseis e bombas atômicas não apenas na Rússia, mas em outras repúblicas soviéticas: Bielorrússia, Ucrânia e Cazaquistão. Depois que estas saíram da tutela de Moscou (1991), tornou-se necessário transportar esses arsenais para a Rússia em condições seguras, uma vez que seria temerário deixá-los sob guarda de países que haviam acabado de se emancipar. Assim, por meio do programa CTR (Cooperative Threat Reduction), o governo norte-americano ajudou a Rússia a repatriar e desmontar mais de 2.000 ogivas nucleares, dispondo-se a comprar o urânio enriquecido nelas contido em contrapartida. Era a chamada redução do “risco nuclear”. Já a conversão dos institutos de pesquisa visava atenuar o desemprego em massa que atingiu o setor a partir de 1991, em consequência da redução do orçamento das Forças Armadas. Durante a era soviética, uma expressiva parcela dos centros de P&D estava engajada na concepção de equipamentos militares. Para evitar que eles encerrassem suas atividades, era necessário adaptá-los a finalidades civis. Nesse sentido, a Rússia recebeu a assistência necessária para que 8.000 cientistas e engenheiros do seu antigo complexo industrial-militar fossem engajados em projetos pacíficos, embora recebendo salários menores (SMITH JUNIOR, 1995, p. 13).

Segundo o Prof. Menges, o enfoque que a Casa Branca dava às relações militares com a Rússia padecia de graves deficiências, pois negligenciava duas tarefas: (1) assegurar, por meio de legislação adequada, que os governantes livremente eleitos jamais teriam sua autoridade desafiada pelos militares, a fim de consolidar a vigência da democracia; (2) modificar o conteúdo doutrinário dos manuais usados nas Forças Armadas e órgãos de inteligência, a fim de extirpar a ideologia antiocidental e autoritária vigente nessas instituições (MENGES, 1996, p. 558). Com relação a este último ponto, a omissão de Washington teria um alto preço, pois abriu caminho para que o ‘Movimento Eurasiano’ ganhasse adeptos em amplas camadas do estamento fardado. Ao examinar a política externa seguida por Moscou após o esfacelamento da URSS, um observador desatento terá a impressão de que a Rússia revogou todas as diretrizes que a punham em conflito com o Ocidente. De fato, várias mudanças nessa direção foram introduzidas quando o Ministério das Relações Exteriores era dirigido por Andrey Kozyrev (1991-1996), expoente da ala liberal do governo, mais conhecida como “jovens reformadores”. Entretanto, na área de segurança, a Rússia manteve a diretriz de buscar a neutralização da OTAN e tentou evitar que os países outrora pertencentes ao Pacto de Varsóvia ingressassem na Aliança, como ver-se-á adiante. Ademais, quem examinar a política russa em relação às antigas repúblicas soviéticas notará que ali a KGB e as Forças Armadas conduziram uma agenda paralela de inspiração geopolítica.

Com efeito, o Ministério da Defesa usava a expressão “vizinhança próxima” para designar as nações menores da CEI, “vistas em termos neoimperialistas como área de responsabilidade e esfera de influência da Rússia” (PONSARD, 2007, p. 63). Entre 1991 e 1996, a Inteligência e o Exército agiram para garantir que continuariam tendo influência ou presença nos países recém-emancipados. A fragilidade institucional destes últimos facilitou a tarefa, uma vez que as elites locais não tinham experiência em administrar a máquina pública sem supervisão ou assistência de Moscou. Quase todos os países da CEI montaram seus serviços de inteligência aproveitando oficiais da antiga KGB que estavam servindo nos seus territórios quando a URSS veio abaixo. Desta forma, até hoje o SVR “pode obter informações por canais paralelos (...), pois presume-se que muitos desses agentes ainda mantêm contatos informais com seus antigos chefes de Moscou”, como notou a Profa. Amy Knight (KNIGHT, 1996, pp. 133-137). Não é difícil

avaliar o quanto isso facilita a infiltração do SVR nos serviços de inteligência das nações do antigo bloco soviético¹³ e, por extensão, confere-lhe acesso aos segredos destes Estados¹⁴. Tampouco é difícil deduzir que essa penetração, somada aos arquivos acumulados na era soviética, permite ao SVR mapear quem é chantageável dentre os intelectuais e líderes políticos nestes países – e condicionar sua conduta, puxando os cordões¹⁵. A existência desta rede subterrânea possivelmente criou pré-condições para que anos depois o Movimento Eurasiano estendesse tentáculos fora da Rússia, de forma que hoje ele possui colaboradores em várias nações da antiga URSS¹⁶. Mais uma vez, as coincidências são consistentes com as previsões feitas pelo major Anatoliy Golitsyn em sua descrição da 'estratégia de longo alcance' concebida pela KGB (GOLITSYN, 1995, pp. 204-205 e 218).

No mesmo período (1991-1996) o Ministério da Defesa também implementou uma agenda paralela nas antigas repúblicas soviéticas, assegurando que a Rússia reteria o controle de certas instalações militares. Por conseguinte, embora estas nações tenham se tornado nominalmente soberanas, continuaram a abrigar tropas russas por força de acordos bilaterais. Na Armênia preservou-se o dispositivo do 7º Exército de Guardas em virtude de um tratado concluído em 1992 e modificado em 1995. Desta forma, duas unidades russas permaneceram aquarteladas no país: a 127ª Divisão Motorizada de Rifles e 75ª Divisão Motorizada de Rifles. Tratados semelhantes garantiram que Moscou continuaria a comandar o Complexo de Lançamentos Espaciais de Baikonur e a Estação de Radar de Balkhash, no Cazaquistão (1994), a Base de Testes de Armas Antisubmarinas de Koi-Sary, no Quirguistão (1993), e a Base Naval de Sevastopol, na Ucrânia (1995), bem como a Estação de Radar de Baranivichi e a Estação de Comunicações Navais de Vileyka, ambas na Bielorrússia (1995). Na mesma linha, o Tadjiquistão consentiu em sediar o Centro Independente de Optrônica (1994) e a 201ª Divisão Motorizada de Rifles (1993), que pelos sete anos seguintes combateu o Partido do Renascimento Islâmico para sustentar o governo pró-russo do Presidente Emomali Rahmon. Na mesma época, a Rússia interveio militarmente em outros países da CEI para proteger as minorias russas ali residentes. Durante o conflito que opôs a Moldávia à província separatista da Transnístria (1990-1992), Moscou enviou tropas em socorro desta última, que adquiriu o status de nação independente de facto após o cessar-fogo. Procedimento idêntico foi adotado durante a queda-de-braço entre a Geórgia e os separatistas da Abkhazia (1992-1993), que também se tornou um Estado autônomo na prática. Já a província da Ossétia do Sul foi submetida à supervisão de uma força conjunta de tropas russas e georgianas após travar uma breve guerra de secessão (1991-1992) (ŠLEIVYTE, 2010, pp. 18-26). Na mesma época, também surgiram tensões entre o Kremlin e outras ex-repúblicas soviéticas onde as minorias russas representam parcela não desprezível da população, como a Ucrânia (8%), Letônia (25%), Lituânia (6%) e Estônia (25%).

No cômputo geral, a influência da Rússia sobre os assuntos militares das repúblicas emancipadas varia bastante. Ela é menor ou nula naquelas que conseguiram cortar seus laços com a antiga "metrópole" e associaram seu

¹³ Além dos canais informais e clandestinos, o SVR dispõe de canais formais para obter informações dos seus similares da CEI, desde que estes consentam em fornecê-las e vice-versa. Isso em decorrência de acordos firmados em 1991-1995. O primeiro deles foi assinado em Alma-Ata em 5 de abril de 1992, tendo como signatários os governos da Armênia, Bielorrússia, Cazaquistão, Moldávia, Quirguistão, Rússia, Tadjiquistão, Turcomenistão e Ucrânia. O documento prevê reuniões trimestrais entre os diretores de inteligência destas nações, além de assistência mútua para treinamento de agentes. A Rússia também subscreveu acordos bilaterais com a Ucrânia, em julho de 1992 e março de 1993, e com a Moldávia, em abril de 1994.

¹⁴ Em sua recente crise militar com a Rússia, a Ucrânia pagou um alto preço por ter aproveitado remanescentes da KGB para mobilizar o SBU (Sluzhba Bezpeky Ukrayiny, fundado em 1991). Em 2014 tornou-se evidente que boa parte de seus quadros eram informantes da inteligência russa. Desde então, 235 agentes do SBU foram presos sob suspeita de traição, inclusive o ex-diretor de contra-espionagem, Volodymyr Bik. Estima-se que 30% dos servidores do órgão foram aliciados mediante suborno ou chantagem, segundo Mykola Sungurovskiy, Diretor de Programas Militares do Centro de Estudos Econômicos e Sociais da Ucrânia. Essa situação levou a cúpula do SBU a adotar medidas drásticas, como aplicação do teste do polígrafo em todos os funcionários.

¹⁵ A situação varia nos antigos Estados-satélites do leste europeu, que durante a era socialista tinham serviços secretos próprios, porém umbilicalmente ligados à KGB e treinados por ela. Na Polônia o novo serviço de inteligência (UOP - Urząd Ochrony Państwa, fundado em 1990) aproveitou funcionários do antigo (SB - Slużba Bezpieczeństwa) após submetê-los a um procedimento de verificação. Já a República Tcheca promulgou a Lei nº 451 de 4 de outubro de 1991, que proíbe ex-oficiais do extinto StB (Státní bezpečnost) de ocupar cargos públicos. A lei presume que eles não são confiáveis para guardar segredos de Estado, posto que freqüentemente oficiais do StB eram aliciados pela KGB como informantes quando trabalhavam em parceria com ela em missões eventuais. Todavia, a lei já foi burlada por elementos que conseguiram ocultar seu passado. Alguns foram descobertos trabalhando no BIS (agência de inteligência criada em 1994), como Jaroslav Kukacka, Bohumil Ridosko e Vladimir Palecek. Nos Estados da antiga URSS, conforme dito, não houve qualquer expurgo na área de inteligência, com exceção dos países bálticos, que construíram seus serviços secretos a partir do zero e moveram uma caça às bruxas contra antigos agentes da KGB.

¹⁶ Fora da Rússia é possível encontrar várias figuras proeminentes com assento no Conselho Supremo do Movimento Eurasiano Internacional: Nataliya Vitrenko, líder do Partido Progressista Socialista da Ucrânia, Evgenii Matusevich, Diretor da Academia de Administração anexa ao Gabinete do Presidente da Bielorrússia, Vladimir Nifad'ev, Reitor da Universidade Eslava de Bishkek, no Quirguistão, Sarsyngali Abdymanapov, Reitor da Universidade Eurasiana Nacional de Astana Lev Gumilyov, no Cazaquistão, e Apas Dzhumagulov, Embaixador do Quirguistão em Moscou, entre outros (UMLAND, 2009, p. 14).

destino ao Ocidente, como os países bálticos, que ingressaram na UE e na OTAN. E mostra-se maior naquelas que abrigam tropas russas e permaneceram vinculadas a Moscou por intermédio da CEI, sobretudo no Cazaquistão e na Bielorrússia. No caso desta última, o relacionamento é de simbiose: equipamento idêntico, farda idêntica, freqüentes consultas mútuas e indústrias bélicas compartilhadas, em razão do que “o Exército bielorrusso é praticamente um adjunto do Exército russo” (SHOEMAKER, 2015, p. 140). A Rússia trouxe estes e outros países da CEI para o seio da OTSC (Organização do Tratado de Segurança Coletiva), cujo texto constitutivo prevê que todos os Estados membros reagirão caso um deles seja atacado (1992). A princípio, a aliança coligava nove ex-repúblicas soviéticas. Porém, após a saída do Azerbaijão, da Geórgia e do Uzbequistão, passou a ter a seguinte composição: Armênia, Bielorrússia, Cazaquistão, Quirguistão, Rússia, Tadjiquistão. A OTSC foi concebida pelo SVR e pelas Forças Armadas, que “advogavam a integração da Rússia com os países da CEI na área de segurança e defesa” (KNIGHT, 1996, p. 132). Também foi por influência dos militares e analistas de inteligência que a Rússia persistiu nas suas manobras para inutilizar a OTAN e impedir que ela incorporasse nações recém-saídas do Pacto de Varsóvia.

Em 1993, Moscou sugeriu que a OTAN fosse integrada à estrutura da OSCE (KOZYREV, 1993, pp. 3-6), mas Washington viu a proposta como um artil para paralisar o funcionamento do bloco militar, posto que qualquer deliberação naquele foro requer aprovação unânime dos países membros para ser implementada. Diante disso, a Rússia percebeu que só teria chances de tornar a OTAN inoperante se participasse de algum mecanismo de interação com ela, a fim de influenciá-la a partir de dentro. A oportunidade surgiu em janeiro de 1994, quando os EUA lançaram o programa Parceria para a Paz, por intermédio do qual países antes pertencentes ao bloco soviético poderiam cooperar com a OTAN sem assumir as obrigações de membros plenos da aliança. Ao postular uma vaga na Parceria, a Rússia inicialmente tentou barganhar, reclamando a prerrogativa de vetar qualquer decisão tomada no seu âmbito. Meses depois, ingressou no programa sem qualquer status especial, em junho de 1994, ao ver que a exigência não seria atendida. Estava claro que Washington concebia a Parceria como uma etapa preliminar destinada a atrair países outrora subordinados a Moscou, a fim de convertê-los em membros plenos da OTAN numa fase posterior. Embora ciente disso, a Rússia concluiu que era melhor participar da iniciativa, tendo assim alguma chance de influenciá-la e se possível implodi-la, do que ficar fora dela e resignar-se à condição de expectadora impotente das deliberações que ali ocorressem (PONSARD, 2007, pp. 64-68).

Em vista do que precede, chega-se a uma conclusão sobre a Rússia do período 1991-1996: embora tenha promovido certa abertura política e econômica sob direção dos “jovens reformadores”, como Chubais e Kozyrev, o país manteve discretamente algumas diretrizes da era soviética, por inspiração da velha guarda, cuja preponderância era absoluta nas instituições castrenses e agências de inteligência. Em novembro de 1994, o Diretor do SVR, general Yevgeny Primakov, apresentou um relatório sobre o possível avanço da OTAN em direção ao leste. Segundo o documento, a incorporação de países da Europa oriental à Aliança afetaria a segurança da Rússia, posicionando uma gigantesca força militar ofensiva nas imediações das suas fronteiras. De acordo com a historiadora Amy Knight, o parecer era desposado pelas Forças Armadas, pois “os militares eram tão explícitos quanto o SVR em sua oposição à expansão da OTAN” (KNIGHT, 1996, pp. 130 e 132).

Aparentemente, a Casa Branca não percebeu – ou subestimou – a força que estes elementos detinham no aparelho de Estado. Tampouco previu que eles voltariam a dar as cartas no Kremlin. O alarme deveria ter soado no primeiro semestre de 1996, quando o general Yevgeny Primakov foi nomeado Ministro das Relações Exteriores e o general Igor Rodionov assumiu o Ministério da Defesa. Ambos provinham dos círculos mais nacionalistas, antiamericanos e autoritários da burocracia. Rodionov, em particular, desempenhou papel fundamental na difusão das teorias geopolíticas de Aleksandr Dugin na Academia Militar do Estado-Maior das Forças Armadas durante os anos 90, o que transformou o “Eurasianismo” em doutrina semi-oficial da instituição. Primakov, por sua vez, trabalhou 29 anos como agente da KGB, sempre ocupando cargos ‘acadêmicos’ e ‘jornalísticos’ que serviam de fachada para suas verdadeiras funções e missões (1962-1991). Foi Diretor de Inteligência Exterior da KGB de 30/09/1991 a 06/11/1991 e, logo depois, quando a agência foi dividida em duas, assumiu o comando do SVR, onde permaneceu de 25/12/1991 a 09/01/1996. Sua designação para o posto de Chanceler evidenciou que os “jovens reformadores” estavam perdendo espaço no governo e deixou claro que a política externa passaria a ser formulada por homens da Inteligência, uma vez que “Primakov levou consigo vários oficiais do SVR para dentro do Ministério das Relações Exteriores (...) e manteve-se em estreito contato com seu antigo subordinado, Vyacheslav Trubnikov, que o sucedeu na chefia do SVR” (ANDREW et MITROKHIN, 2001, p. 562).

Em Washington, algumas vezes tentaram alertar o governo. A nomeação de Primakov era “um sinal dramático de que a Rússia dará uma guinada antiocidental em sua política externa”, conforme previu Peter Warren Rodman, diplomata aposentado que servira como Assistente Especial do Presidente para Assuntos de Segurança Nacional (RODMAN, 1996, p. 53). Em seus primeiros discursos como Ministro, Primakov frisou que “diferenças profundas dividem a Rússia e o Ocidente. Essas diferenças estão criando tendências negativas que colidem com a

nossa política externa em várias áreas”. Segundo o general, a Rússia deveria “evitar o surgimento de um mundo unipolar”, “diversificar suas relações” e “fortalecer suas tendências de integração com os países da antiga URSS” (PRIMAKOV, apud TRUSCOTT, 1997, pp. 183-184). Em entrevista concedida ao *Izvestia* em março de 1996, Primakov revelou que havia um amplo consenso entre o Ministério das Relações Exteriores e o Parlamento dominado pelos comunistas e ultranacionalistas. Instado a opinar sobre a expansão da OTAN, foi direto ao ponto: “A expansão da OTAN não é do interesse da Rússia [...], pois é concebida para enfraquecer nossa posição geopolítica” (PRIMAKOV, apud NIZAMEDDIN, 1999, p. 99).

Primakov começou a transformar as palavras em atos no dia 26 de abril de 1996, com a assinatura do Acordo de Construção de Confiança no Campo Militar e Fronteiriço, mais conhecido como Pacto de Shangai, firmado por Rússia, China, Cazaquistão, Quirguistão e Tadjiquistão. Nos termos do documento, os países signatários se comprometeram a não guerrear entre si e a notificarem uns aos outros antes de realizar qualquer exercício militar a menos de 100 km das fronteiras comuns. O compromisso foi assumido no contexto das negociações que vinham se desenvolvendo para solucionar antigas pendências territoriais entre a Rússia e a China¹⁷, mas também envolvia outras preocupações militares, relacionadas ao combate a grupos separatistas atuantes na região, como os chechenos e uigures. Também temia-se que o regime Taliban vigente no Afeganistão desse suporte aos insurgentes do Partido do Renascimento Islâmico, que combatia o governo pró-Moscou do Tadjiquistão. Após a subscrição do Pacto de Shangai, as cinco nações signatárias passaram a realizar reuniões anuais para discutir os problemas de segurança da Ásia Central. Os comunicados conjuntos emitidos ao término dessas conferências expunham a intenção de desencorajar intromissões dos EUA na região, na medida em que rejeitavam qualquer “intervenção nos assuntos internos de países soberanos, sob pretexto de proteger os direitos humanos” (Declaração de Dushanbe).

Um ano depois, a China recebeu o Ministro da Defesa da Rússia, general Igor Rodionov, que permaneceu em Pequim de 14 a 18 de abril de 1997. As reuniões mantidas com as autoridades locais produziram o estabelecimento de “uma parceria estratégica de longo prazo”, nas palavras do general. Numa posterior entrevista, Rodionov destacou que Moscou “aprecia o fato de que a China compartilha da preocupação da Rússia com a expansão da OTAN em direção ao leste” (RODIONOV, apud BLACK, 2000, p. 130). A parceria foi formalizada em seguida, no dia 23 de abril, quando Rússia e China assinaram a “Declaração por um mundo multipolar e pelo estabelecimento de uma nova ordem mundial”. Em linguagem cifrada, o documento expressava descontentamento com a evolução do cenário internacional pós-1991, caracterizado pela hegemonia de uma única superpotência, cuja capacidade econômica e militar imensamente superior à das demais era vista como uma ameaça à soberania e autodeterminação dos outros países. Diante desta “unipolaridade”, Moscou e Pequim clamavam pelo restabelecimento do equilíbrio de poder nas relações internacionais. No mês seguinte, em mensagem à ASEAN, o Chanceler Yevgeny Primakov citou a referida Declaração e o Pacto de Shangai como exemplos do empenho da Rússia na construção de uma ordem multipolar. Em termos práticos, enquanto dialogavam para resolver seus litígios territoriais, Rússia e China trabalharam para aprofundar suas relações econômicas. Em fevereiro de 1999, Moscou e Pequim iniciaram negociações para construir um oleoduto ligando as jazidas petrolíferas da Sibéria aos centros industriais de Daqing. As tratativas seriam concluídas em julho 2001, com a apresentação do projeto, executado a partir de maio de 2003 por força do contrato Yukos-CNPC (MANKOFF, 2012, pp. 187-189).

Foi possivelmente a formalização da parceria Rússia-China que levou o Ocidente a tentar revigorar suas relações com Moscou. Apenas um mês após a publicação da “Declaração por um mundo multipolar”, o Secretário-Geral da OTAN iniciou as gestões que levariam à assinatura “Ato Fundacional OTAN-Rússia”, que instituiu um canal de comunicação contínua entre a Aliança e o Kremlin. Segundo Carr e Flenley, “a iniciativa foi proposta pela OTAN para reduzir a desconfiança da Rússia e criar uma nova parceria com ela” (CARR et FLENLEY, 1999, p. 88). Para tanto, o Ato criou um novo foro de diálogo: o Conselho Conjunto Permanente OTAN-Rússia. Durante as negociações preliminares, a Rússia exigiu que lhe fosse concedido o direito de vetar a implementação de decisões tomadas pelos países membros no âmbito do Conselho do Atlântico Norte, colegiado supremo da Aliança. Todavia, os ocidentais perceberam que um compromisso juridicamente vinculante desta natureza habilitaria Moscou a emperrar o funcionamento da OTAN. Por isso, ficou ajustado que o CCP OTAN-Rússia funcionaria em Bruxelas como órgão separado, onde os militares russos poderiam dialogar com os comandantes do bloco e emitir seu parecer, mas sem poder de veto. O Ato Fundacional, embora anunciado com pompa por Washington e Moscou, continha mais marketing do que substância, pois carecia de provisões que assegurassem a implementação das medidas nele inscritas, muitas de factibilidade duvidosa, como “decisões conjuntas e ações conjuntas entre a OTAN e a Rússia sobre assuntos de segurança de interesse comum”. Como notou Ponsard, o Ato mostrou-se uma “cesta vazia”, pois os compromissos nele assumidos prestavam-se a diferentes interpretações, não tinham força jurídica e poderiam ser postos de lado sempre

¹⁷ Moscou e Pequim encerraram seu último litígio territorial em 2004, quando a Rússia devolveu as ilhas de Tabarov e Bolshoi à China.

que as relações entre a Rússia e o Ocidente esfriassem (PONSARD, 2007, pp. 70-71). Ao manifestar-se sobre o Ato Fundacional, o general Igor Rodionov ressaltou que a Rússia ainda suspeitava da OTAN e que apenas um compromisso legalmente obrigatório o satisfaria (BLACK, 2000, p. 48). Além da aproximação Rússia-China, a subscrição do documento teve como pano de fundo as tratativas paralelas que a Aliança mantinha com a República Tcheca, a Hungria e a Polônia, convidadas formalmente a ingressar na OTAN em 8 de julho de 1997.

Turvando o quadro, em setembro de 1997 surgiram os primeiros rumores de que a Rússia havia reativado clandestinamente sua cooperação com o Irã na área missilística. Caso a hipótese fosse confirmada, o Kremlin estaria não apenas violando as disposições do MTCR¹⁸, mas ampliando a capacidade militar de um país inimigo dos EUA¹⁹. A suspeita era reforçada pelo passado do general Primakov, que durante o regime soviético havia feito carreira como oficial de inteligência especializado em países árabes. Ao depor perante o Comitê de Inteligência do Senado dos EUA, em 28 de janeiro de 1998, o Diretor da CIA, George Tenet, revelou que a Rússia vinha fornecendo tecnologia e material para o programa de mísseis do Irã. Diante disso, o Congresso aprovou um pacote de sanções contra Moscou, mas o projeto foi vetado pelo Presidente Bill Clinton em 27 de junho de 1998, sob alegação de que medidas punitivas indisporiam a Rússia contra os EUA em vez de convencê-la a cooperar. Posto sob pressão da Casa Branca, o governo Yeltsin identificou nove companhias russas, nominalmente “privadas”, envolvidas no contrabando de tecnologia sensível para o regime dos aiatolás. A esta altura era tarde para impor sanções, pois no mês seguinte o Irã testou com sucesso o míssil Shahab-3, em 22 de julho de 1998 (GERTZ, 1999, pp. 180-181).

Dois meses depois, em 11 de setembro de 1998, Primakov deixou a Chancelaria para assumir a função de Primeiro-Ministro, de forma que agora cabia-lhe conduzir não apenas a política externa, mas supervisionar a implementação das diretrizes governamentais. Sua nomeação ocorreu no contexto da crise financeira que levou a Rússia a declarar moratória em agosto, na sequência de um ataque especulativo que derrubou a cotação do rublo e deflagrou o “efeito manada” de investidores retirando suas aplicações do país. A formação do novo gabinete marcou a segunda derrota dos liberais dentro do governo, com a demissão de três ‘jovens reformadores’: o Primeiro-Ministro, Sergey Kiriyenko, o Vice-Primeiro-Ministro, Boris Nemtsov, e o Ministro da Seguridade Social, Vladimir Ryzhkov. A primeira derrota, conforme visto, havia sido a exoneração de Andrei Kozyrev do Ministério das Relações Exteriores, em janeiro de 1996. Deve-se notar que, embora a partir de 1996 a política externa russa tenha seguido uma rota antiocidental, a política econômica manteve seu perfil liberalizante, sob direção de ‘jovens reformadores’ como o Primeiro-Ministro Viktor Chernomyrdin (1992-1998), seu efêmero sucessor, Sergey Kiriyenko (1998), e seu Vice, Anatoly Chubais (1997-1998), entre outros mencionados acima. Assim, conquanto tenha aberto frentes de atrito com os EUA e seus aliados, a Rússia continuou recebendo empréstimos do FMI, do BIRD e do Clube de Paris para reanimar sua economia e seguir adiante com o programa de reformas pelos dois anos seguintes. No biênio 1996-1997 houve expressiva melhora dos indicadores macroeconômicos: a taxa anual de inflação caiu de 131% para 11%, a balança comercial acumulou superávits e o PIB interrompeu a trajetória de retração verificada em 1991-1995. Todavia, o ataque especulativo sofrido pelo rublo em abril de 1998, combinado com a queda do preço internacional do petróleo, levou o país às cordas do ringue. Todo o esforço de ajuste foi pelo ralo, arrastando consigo parte dos liberais presentes no governo (CHIODO et OWYANG, 2002, pp. 9-12). O resultado político da crise financeira mostra que a equipe formada sob direção de Primakov em setembro de 1998 incluía apenas um adepto do livre mercado: Mikhail Zadornov, Ministro das Finanças. Na outra ponta, aumentou a presença de oficiais da Inteligência em cargos-chave: Yuri Zubakov foi nomeado Chefe de Gabinete da Administração Presidencial e Robert Markaryan tornou-se Chefe do Secretariado Pessoal do Primeiro-Ministro. Ambos vieram do SVR. Na ocasião, o SVR era chefiado pelo general Vyacheslav Trubnikov, enquanto o FSB estava sob direção do tenente-coronel Vladimir Putin, que depois emergiria como ‘homem forte’ do grupo.

¹⁸ Missile Technology Control Regime: Trata-se de um arranjo informal estabelecido em 1987 entre os países detentores de tecnologias espaciais que podem ser adaptadas a finalidades militares. Nos termos do MTCR, os membros se comprometem a não repassar a nações ‘suspeitas’ quaisquer conhecimentos ou equipamentos possam ajudá-las a construir mísseis. A Rússia aderiu ao regime em 1995.

¹⁹ A cooperação Moscou-Teerã em áreas sensíveis não foi interrompida nos anos precedentes, embora tenha se mantido em níveis modestos. Durante o biênio 1991-1992, as exportações de equipamento militar da Rússia para o Irã somaram mais de US\$ 2 bilhões, apesar das pressões de Washington para que as transações fossem canceladas. Em janeiro de 1995, a Rússia anunciou ter vencido uma licitação de US\$ 1 bilhão aberta pelo Irã para concluir a construção do reator nuclear de Bushehr, suspensa desde 1979. A Casa Branca protestou, levantando suspeitas quanto às finalidades pacíficas do empreendimento, e o Congresso pôs-se a elaborar um projeto de lei que cortaria a assistência econômica dos EUA à Rússia caso o negócio fosse adiante. Diante disso, Moscou consentiu em modificar o contrato, excluindo a cláusula que previa o fornecimento de centrífugas de enriquecimento de urânio – que havia sido inserida no texto supostamente sem conhecimento do Ministro das Relações Exteriores. O restante do documento seria analisado pela “Comissão Gore-Chernomyrdin”, a fim de verificar a conformidade das suas disposições com o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (DONALDSON, NADKARNI et NOGEE, 2014, pp. 312-313).

Em síntese: a formação do ‘Gabinete Primakov’ marcou o ponto a partir do qual a velha guarda consolidou sua hegemonia no governo e preparou a escalada de Vladimir Putin rumo à Presidência, na qual ele tomaria posse acompanhado de vários analistas de inteligência e oficiais militares, alguns deles seguidores do ‘Movimento Eurasiano’. Adiante ver-se-á que tipo de projeto estava galgando o poder com os adeptos deste movimento. Por enquanto, deve-se destacar que a nova equação de forças no Kremlin teve como subproduto o surgimento de conflitos no front internacional. Embora o novo Ministro das Relações Exteriores, Igor Ivanov, fosse avaliado no Ocidente como conciliador, alguns informes indicavam que sua carreira diplomática nos anos 70/80 havia sido uma fachada para missões de inteligência: logo após se formar em Idiomas Estrangeiros, estagiou no Instituto do Movimento Trabalhador Internacional (1969), uma escola de agitprop (PIPKO, 2006, p. 211), tornando-se em seguida auxiliar de Primakov quando este era Vice-Diretor do Instituto de Economia Internacional e Relações Internacionais (1969-1973).

Foi nesse quadro que sobreveio a suspensão das relações entre Moscou e a Aliança Atlântica, em março de 1999, com a conseqüente retirada da delegação russa que servia no CCP OTAN-Rússia. O rompimento foi motivado pelo fracasso das negociações mantidas em Rambouillet com o objetivo de encerrar a guerra civil na Iugoslávia, que opunha a guerrilha separatista do Kosovo ao governo federal chefiado por Slobodan Milosevic, tradicional aliado do Kremlin. As tratativas contaram com participação dos EUA, da União Européia, da Rússia, da Iugoslávia e do Exército de Libertação do Kosovo. O texto final do acordo foi rejeitado por Moscou e Belgrado, uma vez que incluía condições ofensivas à soberania da Iugoslávia, entre elas a transformação do Kosovo numa província autônoma sob administração da OTAN, que ali manteria 30.000 soldados encarregados de proteger a minoria albanesa. Diante da recusa, os países membros da OTAN, em deliberação aprovada no Conselho do Atlântico Norte, autorizaram a formação de uma força militar incumbida de bombardear a Iugoslávia para forçá-la a aceitar os termos do Acordo.

Moscou e Belgrado denunciaram a operação como uma violação da Carta da ONU. A Rússia suspendeu seu relacionamento com a OTAN e a cooperação que mantinha com os EUA em matéria de redução de riscos nucleares, por meio do programa CTR. Segundo Primakov, era indesejável “abrir um precedente para que a OTAN atue fora da sua área de jurisdição sem permissão da ONU, onde a Rússia detém poder de veto” (PRIMAKOV, apud BORAWSKI et YOUNG, 2001, p. 45). Por 279 votos a 34, a Duma aprovou uma moção conclamando o governo a fornecer armamento e conselheiros militares à Iugoslávia, mas o país não estava em condições de jogar uma cartada tão arriscada. Após quase dez anos crise econômica e retração do orçamento, as Forças Armadas haviam perdido a operacionalidade que tinham na era soviética. Segundo o Ministro da Defesa, um terço da tropa não tinha condições de combater e dois terços dos aviões não eram capazes de voar (LARRABEE, 2003, p. 121). Durante o conflito, a OTAN aprovou um novo Conceito Estratégico, cujas disposições foram alvo de protesto por parte de Moscou. Divulgado em abril de 1999, o documento contemplava, pela primeira vez na história da Aliança, a possibilidade intervenções militares destinadas a pacificar conflitos étnicos e deter violações de direitos humanos, inclusive em áreas situadas fora das fronteiras dos países membros. Até então os conceitos que orientavam a OTAN previam tão somente ações defensivas contra agressões armadas provenientes de Estados.

As relações OTAN-Rússia só foram retomadas em março de 2000, quando o Ministro da Defesa, general Igor Sergejev, reapresentou a velha proposta de transformar a Aliança numa organização política sob égide da OSCE. Segundo Badsay e Latawski

A Rússia aceitou a realidade de que não pode ignorar a OTAN e retomou seu diálogo com ela, mas esta retomada foi acompanhada de tentativas de encorajar tendências que a longo prazo podem reduzir a relevância da OTAN, enfraquecer seu compromisso de defesa coletiva e desestimular as missões mais ambiciosas prescritas pelo Conceito Estratégico aprovado em abril de 1999 (BADSAY et LATAWSKI, 2004, p. 150).

Na época do rompimento OTAN-Rússia, Aleksander Dugin deixou escapar que “o Eurasianismo está vindo aos poucos (...). A política de Primakov é uma política eurasianista” (DUGIN, apud SENGUPTA, 2009, p. 32). Impõe-se discutir, portanto, no que consiste este movimento e como ele penetrou nas Forças Armadas e nas agências de Inteligência – se é que não foi gestado por elas com décadas de antecedência, como parte da ‘estratégia de longo alcance’.

4 MOVIMENTO EURASIANO: ORIGEM, ATUAÇÃO E ASCENSÃO AO PODER

Qualquer discussão sobre o Movimento Eurasiano requer um prévio exame da biografia do seu principal ideólogo, Aleksandr Dugin. Algumas pistas indicam que Dugin foi, desde a juventude, um falso dissidente fabricado e preparado pela Inteligência para desempenhar um papel importante no futuro, quando sobreviesse a Perestroika. Esta

suspeita ganha consistência quando se leva em conta que “durante a era soviética, o Eurasianismo recebia apoio de integrantes das Forças Armadas e KGB, particularmente da unidade antiterrorista Alfa, da qual provieram muitos dos seus membros fundadores” (CHAUDET, PARMENTIER, et PÉLOPIDAS, 2009, p. 55).

Nascido em 1962, Dugin é filho do falecido general Geliy Alexandrovich Dugin, oficial do GRU. Frequentou o Instituto de Aviação de Moscou (1979-1983), do qual foi “expulso” por atividades subversivas contra o regime socialista (UMLAND, 2010, pp. 145-146). Curiosamente, não foi preso. Passou os anos seguintes trabalhando como varredor de rua e lendo livros sobre ocultismo, aos quais tinha acesso graças a um cartão falso que lhe permitia usar a Biblioteca Estatal Vladimir Lênin. Durante a abertura política pós-1985 tornou-se conselheiro do Pamyat (1987-1989), movimento ultranacionalista e cristão-ortodoxo que fazia “oposição” ao governo soviético e descrevia a Rússia como vítima de uma conspiração “maçônico-sionista”. Em 6 de maio de 1987 alguns líderes do grupo conseguiram uma audiência com Boris Yeltsin, então 1º Secretário do Diretório Municipal do PCUS em Moscou (GORBATCHEV, 1996, p. 705). Dugin deixou o Pamyat em 1989 e logo depois foi contratado como arquivista na KGB, um salto surpreendente para quem já havia sido fichado como subversivo. Exerceu a função por três anos (1990-1992), o que lhe deu acesso privilegiado a documentos secretos. Nesse período começaram seus contatos com líderes da ultradireita nacionalista e antiamericana da Europa ocidental, através de viagens e seminários (SHEKHOVTSOV, 2015, pp. 36-48). Foi também nesta época que Dugin começou disseminar suas teorias geopolíticas nos círculos militares da Rússia, ministrando palestras a oficiais de alta patente. Segundo Dugin, isso foi possível graças à colaboração do já citado general Igor Rodionov, Diretor da Academia Militar do Estado-Maior das Forças Armadas:

Após 1991 e o fim da URSS, uma escola russa de geopolítica começou a se desenvolver no país. Os primeiros textos geopolíticos (‘Continente Rússia’, ‘Subconsciente da Eurásia’, etc.) foram publicados. O artigo ‘A grande guerra dos continentes’ foi publicado no jornal ‘Dia’, onde os princípios da geopolítica foram veiculados em linguagem acessível. No início de 1992, o jornal teórico ‘Elementos’ circulou regularmente. Ele continha uma seção intitulada ‘Cadernos Geopolíticos’, que disponibilizou trabalhos clássicos sobre o tema, acrescidos de breves comentários. Assim, uma ampla escola geopolítica russa de orientação eurásiana tomou forma, dando continuidade às tradições dos eslavistas e outros geopolíticos russos. No começo dos anos 90, aulas de Geopolítica começaram a ser ministradas na Academia Militar do Estado-Maior das Forças Armadas – então dirigida pelo general Igor Rodionov, que futuramente se tornaria Ministro da Defesa –, mais especificamente no seu Departamento de Estratégia, chefiado pelo general Nikolai Pavlovitch Klokov. Ali as idéias principais foram forjadas e mais tarde publicadas no livro ‘Fundamentos da Geopolítica’. Em 1993, as noções básicas de geopolítica e Eurasianismo se tornaram bastante conhecidas em certos círculos de políticos, estrategistas e analistas militares. Mais tarde, a importância da análise geopolítica dos eventos que se sucediam tornou-se indissociável da interpretação do momento que a Rússia vivia. O caráter específico do método geopolítico explica porque esta disciplina disseminou-se inicialmente nos círculos patrióticos que se opunham aos ‘Jovens Reformadores’ que deram certa orientação política ao governo Yeltsin (DUGIN, 2015, pp. 84-85).

As palestras ministradas por Dugin em 1991-1993 foram resumidas em um artigo de sua autoria, intitulado “A grande guerra dos continentes” (1992). A leitura do texto permite entrever que os eurásianos interpretam a História como um conflito permanente entre potências terrestres e potências navais – “eternas Romas” e “eternas Cartagos”. As primeiras assentam sua civilização no nacionalismo, na tradição, na religião, no autoritarismo e no primado do interesse coletivo sobre o individual. As segundas são erguidas sobre o cosmopolitismo, a modernidade, o materialismo, a democracia e o individualismo. Tal dicotomia teria sua versão atual no antagonismo entre a Rússia e o eixo EUA-Inglaterra, representantes do “Atlantismo” (DUGIN, 2006). Esta leitura das relações internacionais não era inédita na Rússia: durante o regime soviético era desposada pelo general Nikolai Ogarkov (1917-1994), pelo almirante Sergey Gorshkov (1910-1988) e pelo general Sergei Shtemenko (1907-1976). Tudo indica que Dugin apenas reciclou o Eurasianismo, acrescentando-lhe algumas inovações como parte de um projeto gestado pela Inteligência²⁰. Em 1993, conforme relatado acima, suas idéias se enraizaram nas Forças Armadas.

²⁰ As origens do Eurasianismo remontam à década de 20. Seus primeiros teóricos eram russos exilados em consequência da Revolução Bolchevique, como Nikolai Trubetskoi, Petr Savitskii e Lev Gumilev. Golitsyn fornece indicações de que o movimento foi introduzido entre os emigrados pela KGB - na época denominada Cheka -, no intuito de atraí-los para um nacionalismo antiocidental que pudesse ser manipulado pela inteligência soviética a partir dos bastidores (GOLITSYN, 1984, pp. 14, 48 e 130). Com efeito, pesquisas feitas pelos professores Vladimir Alpatov e Fedor Ashnin atestam que havia agentes e colaboradores da KGB bem

Paralelamente à sua pregação nos quartéis, Dugin desenvolveu intensa atividade política nos anos de transição e recessão que se seguiram à implosão da URSS. Teve uma breve passagem pelo Partido Comunista da Rússia (1993), de cujo programa foi co-redator, e publicou artigos expondo os traços do seu próprio movimento, denominado nacional-bolchevismo, uma salada ideológica que incorpora elementos do fascismo, do socialismo, do cristianismo-ortodoxo e outras correntes que só têm algo em comum: a hostilidade à democracia, ao liberalismo econômico e ao Ocidente. Mais tarde Dugin fundou o Partido Nacional-Bolchevique em parceria com o poeta Eduard Limonov (1994). O casamento durou pouco, posto que depois uma facção liderada por Dugin rompeu com a legenda para lançar a Frente Nacional-Bolchevique, embrião do atual Movimento Eurasiano, inicialmente sem existência formal (1997). Foi neste ano que Dugin publicou seu livro mais conhecido, intitulado “Fundamentos da Geopolítica”, no qual apresentou seu plano para transformar a Rússia na sede de um novo império, através de uma combinação de operações militares, pressões econômicas e atividades de inteligência. Antes de expor o conteúdo da obra, deve-se destacar que ela foi redigida sob orientação do Diretor do Departamento de Assuntos Internacionais do Ministério da Defesa, general Leonid Ivashov, de quem consta a descrição abaixo:

Inteligente e erudito, o general Leonid Ivashov era indiscutivelmente o mais antiocidental dos oficiais que compunham o Estado-Maior das Forças Armadas. Sua posição permitiu-lhe lançar vários iniciativas que poderiam beneficiar a Rússia e seus potenciais aliados. Nos anos 90, tornou-se o principal perito em assuntos da OTAN dentro do Ministério da Defesa, onde despontava como um dos maiores críticos do bloco militar ocidental. Apesar do seu radicalismo, Ivashov manteve-se no cargo graças à sua capacidade de análise e à clareza com que expunha seu ponto de vista. Antes da ampliação da OTAN, o general foi chamado a palestrar em audiências secretas do Comitê de Defesa da Duma, durante as quais fez várias previsões sobre a conduta da Aliança, baseadas naquilo que via como um comportamento expansionista e ameaçador. A posterior intervenção da OTAN na Iugoslávia aparentemente comprovou que seus avisos estavam corretos (...). O general Ivashov acreditava que o mundo seria um lugar melhor se a Rússia recuperasse seu papel influente (...). Oficiais como ele – e havia muitos na segunda metade dos anos 90 – acreditavam que um mundo multipolar seria um ambiente mais estável para as relações internacionais (BRANNON, 2009, pp. 70-71)

A confecção do livro não foi um projeto particular. Foi uma iniciativa patrocinada e supervisionada pelo Exército em 1996-1997, quando o Ministro da Defesa era o general Igor Rodionov – o mesmo que introduzia Dugin como palestrante na Academia Militar do Estado-Maior das Forças Armadas em 1991-1993, valendo-se do cargo de Diretor deste estabelecimento. Qual é o teor do texto? Segundo Dugin, a Rússia deve iniciar a construção do Império Eurasiano subjugando os países vizinhos da antiga URSS, que não merecem existir como Estados independentes, pois carecem de autenticidade. Com exceção da Armênia – uma nação com séculos de história –, todos eles são construções efêmeras e artificiais. Nesse futuro império multiétnico o papel diretor será reservado ao povo russo, portador de um projeto civilizacional único assentado no cristianismo-ortodoxo e no lema “a nação é tudo, o indivíduo não é nada”. Dentro desse plano, é urgente promover o desmantelamento territorial da Ucrânia, que “representa um enorme perigo para toda a Eurásia”, na medida em que o país pode ser usado pelo “Atlantismo” para estabelecer um cordão sanitário contra o Kremlin. A Geórgia também deve ser retalhada, posto que cortou laços com Moscou após o fim da URSS. A Rússia deve tomar-lhe a Abkhazia e a Ossétia do Sul. O futuro império ganhará a forma de uma federação de repúblicas títeres sob tutela da Rússia, que delas tomará os territórios habitados por minorias russas. A Bielorrússia será inteiramente anexada, por sua similaridade étnica e lingüística com o vizinho maior. A Finlândia deve ser parcialmente desmembrada mediante a formação de uma república autônoma na Karélia, que terá a função de Estado-tampão. Com relação ao Ocidente, a Rússia precisa banir a influência anglo-americana da UE e transformá-la num bloco “neutro” dirigido pela dupla França-Alemanha. Para tanto, Moscou pressionará a UE usando o fornecimento de gás como instrumento de chantagem econômica e ao mesmo tempo montará operações de inteligência para inflamar o nacionalismo antiamericano da ultradireita, tanto na Alemanha como na França. Isso viabilizaria a formação do “Eixo Moscou-Berlim”, que dividirá o leste europeu em zonas de influência e isolará a Inglaterra do continente, no intuito de barrar a infiltração do “Atlantismo”. O passo seguinte será promover a “expansão eurásiana na América do Sul e na América Central com o objetivo de libertá-las do controle da América do Norte”, para em seguida financiar movimentos de minorias nos EUA, “a fim de provocar desordem geopolítica nas atividades internas do país, encorajando todos os tipos de separatismo, conflitos raciais e distúrbios sociais”. Com relação à Ásia, a Rússia deve trabalhar pela formação do “Eixo Moscou-Tóquio”, dispondo-se a devolver as Ilhas Kurilas ao Japão e explorando o

posicionados entre os eurasiânistas que circulavam na comunidade de russos expatriados (ALPATOV et ASHNIN, 1996, pp. 5-18). Petr Semenovich Arapov e Peter Savitskiy eram alguns deles (DYER et SIMPKINS, 1989, pp. 5, 11, 19-20 e 25).

ressentimento antiamericano do país. Ao mesmo tempo, deve induzir a China a direcionar sua agressividade para o sudeste, rumo à Austrália e às Filipinas. Já no Oriente Médio e no Cáucaso a Rússia deve atuar em parceria com o Irã, contra a Arábia Saudita, e a Armênia, contra a Turquia. O eixo Moscou-Teerã será a base de uma “aliança russo-islâmica continental” contra o “Atlantismo” (DUGIN, apud DUNLOP, 2004, pp. 47-57).

À primeira vista, o plano acima parece extravagante, mas está em marcha desde que o “grupo siloviki”²¹ tornou-se hegemônico no Kremlin, com a ascensão de Vladimir Putin à Presidência, em 1999. Como notou o Prof. Jeffrey Mankoff, “esses devaneios geopolíticos teriam pouca importância se não fossem as conexões que Dugin e o Movimento Eurasiano mantêm com figuras-chave da burocracia de segurança da Rússia”. Após a publicação do livro, Dugin tornou-se conselheiro do deputado Gennadiy Seleznyov, porta-voz da Duma, em 1998. Deste ano datam seus primeiros encontros com o então Diretor do FSB, Vladimir Putin, que em agosto de 1999 seria nomeado Primeiro-Ministro. Dugin “ganhou acesso ao círculo íntimo de Putin” e “desempenhou papel central na redação do Conceito de Segurança Nacional” (MANKOFF, 2012, pp. 69-70), documento que passou a orientar a política de defesa da Rússia, nos termos do Decreto nº 24 de 10 de janeiro de 2000. Quando este foi promulgado, Putin acabara de subir mais um degrau: havia assumido interinamente a Presidência da República em virtude da renúncia de Boris Yeltsin, em 31 de dezembro de 1999. Oficialmente, Yeltsin deixou o cargo por razões de saúde, mas o episódio “teve toda a aparência de um golpe da KGB por trás dos panos”, conforme observou o general Ion Pacepa, ex-Diretor de Inteligência Exterior da Securitate²². Segundo Pacepa, tudo indica que Yeltsin entrou em acordo com o serviço secreto para evitar futuros processos judiciais por corrupção depois que seu mandato terminasse, em maio de 2000. Em seu discurso de despedida, conclamou a população a votar em Putin nas eleições agendadas para março. O novo Presidente, por sua vez, assinou um decreto que concedia imunidade penal a Yeltsin por quaisquer ilícitos cometidos no exercício da função (PACEPA, 2015, pp. 340-341).

O restante da história é conhecido. Putin venceu o pleito e assumiu como Presidente de pleno direito. Preencheu numerosos cargos com elementos egressos do GRU, do FSB e do SVR, alguns deles adeptos do Movimento Eurasiano. Este, por sua vez, deixou a informalidade em 21 de abril de 2001, com a realização do Congresso de Fundação do Movimento Político e Social Pan-Russo da Eurásia. A organização do evento foi dirigida pelo coronel Petr Suslov e o discurso de abertura ficou a cargo de Vladimir Revskii, ambos ‘aposentados’ do SVR. Em sua mensagem ao congresso, Dugin agradeceu à Administração Presidencial da Rússia pela “assistência recebida” e, dois meses depois, em entrevista à Rádio Ekho Moscou, avaliou que “a política internacional de Putin está compreendendo muito bem o modelo político eurasiático” (DUGIN, apud DUNLOP, 2004, pp. 45-46).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A princípio, as mudanças provocadas pela Perestroika e pela Glasnost alteraram a balança internacional de poder em favor do Ocidente, viabilizaram a “democratização” da Rússia e estimularam a abertura econômica do país, que renunciou – no papel – aos propósitos revolucionários perseguidos pela sua política externa. A vitória aparentemente definitiva dos EUA e seus aliados na Guerra Fria levou-os a relaxar os embargos comerciais e tecnológicos impostos à Rússia, bem como a conceder-lhe expressiva assistência econômica (1991-1999). Durante esta transição, os estrategistas norte-americanos subestimaram o fato de que a velha guarda soviética jamais foi destruída, apenas trocou de pele e recolheu-se – em parte – para os bastidores, enquanto novos atores se agitavam na superfície do cenário político, distraindo os observadores menos atentos. A Casa Branca supôs que, para enfraquecer gradualmente as forças hostis e antidemocráticas remanescentes do antigo regime, bastaria ajudar os “jovens reformadores” presentes no governo Yeltsin a promover a abertura econômica do país, como se esta tivesse o condão de, por si só, gerar a consolidação de uma autêntica abertura política. Aparentemente, poucos imaginaram que a KGB e o Exército usariam sua posição para influenciar decisões de política externa e forjar condições para o retrocesso autoritário que viria depois, com a ascensão de Putin ao poder – isso supondo que a abertura dos anos 80/90 não tenha sido, ela própria, uma manobra planejada em consonância com a estratégia de longo alcance, conforme alertou Anatoliy Golitsyn com décadas de antecedência. A evolução dos acontecimentos atesta que todas as previsões de Golitsyn vêm sendo confirmadas.

²¹ A expressão Siloviki (“homens durões”, numa tradução aproximada) é usada para designar egressos do FSB, do SVR e do GRU que ocupam postos-chave no governo Putin. Ao radiografar a biografia de 1.016 funcionários de 1º e 2º escalão, a socióloga Olga Krychtanovskaia constatou que 26% deles provinham dos serviços de inteligência. O percentual sobe para 78% quando são incluídos os suspeitos cuja ligação não pôde ser confirmada. Sergei Borisovich Ivanov, Sergey Chemezov, Igor Sechin, Viktor Vasilyevich Cherkosov, Nikolai Patrushev e Rashid Gumarovich Nurgaliyev são alguns expoentes notórios do grupo.

²² Serviço de inteligência mantido pelo governo da Romênia durante o regime socialista (1947-1989).

A política externa seguida pela Rússia nos anos 90 não foi coerente nem linear. De um lado, ministros de perfil liberal como Chubais e Kozyrev legalizaram a propriedade privada, reformaram o direito contratual, atraíram investimentos estrangeiros e negociaram empréstimos junto a bancos multilaterais e potências ocidentais, cooperando com estas para reduzir suspeitas e eliminar áreas de atrito. De outro lado, figuras da velha guarda como Rodionov e Primakov buscaram neutralizar a OTAN, barrar o avanço da Aliança em direção ao leste, assegurar a presença da Rússia nas antigas repúblicas soviéticas e mitigar a hegemonia dos EUA reativando laços com velhos aliados, como China, Síria, Irã e Iraque. Não se sabe se essa incoerência expressava uma real cisão no Kremlin ou se ela foi tramada como jogo de cena para que a Rússia pudesse atrair ajuda externa enquanto preparava condições para o contra-ataque que viria na década seguinte. Em termos concretos, os “jovens reformadores” aos poucos perderam espaço para a linha-dura, primeiro com a substituição de Kozyrev por Primakov (1996) e depois com a reforma ministerial que se seguiu à crise financeira de 1998. Esta última foi o ‘ponto de não-retorno’ na escalada que abriria caminho para a ascensão de Vladimir Putin à Presidência.

O que Putin levou para o Kremlin não foi apenas o grupo siloviki, mas um projeto geopolítico destinado a modificar dramaticamente as fronteiras da Eurásia, a nível continental, e o equilíbrio internacional de poder, a nível mundial. Este programa, assim como o substrato ideológico que lhe serve de assento, ganhou adeptos em amplos círculos das Forças Armadas e dos serviços de inteligência nos anos 90, graças à atuação do Prof. Aleksandr Dugin e às suas conexões no mundo político e militar da Rússia. Seria incorreto qualificar o Movimento Eurasiano como uma mera reedição do socialismo soviético. É mais exato descrevê-lo como uma versão híbrida, já que incorpora influências do fascismo e da Igreja Ortodoxa. Vários dos seus adeptos, como Igor Sechin e Vladislav Surkov, ocupam cargos-chave no governo desde que Putin chegou ao poder. Coincidentemente, as manobras da Rússia no cenário internacional têm seguido as prescrições contidas na obra de Dugin: a invasão da Geórgia (2008), a anexação da Criméia (2014), o apoio aos separatistas na Ucrânia e o uso do fornecimento de gás como instrumento de pressão sobre a UE (2006-2014). O terreno para esses acontecimentos foi preparado nos anos 90, quando o Ocidente ignorou um dado fundamental a ser levado em conta nas suas relações com a Rússia: a KGB é uma instituição centenária, permanente e autoconsciente, que não desistirá dos seus objetivos jamais.

REFERÊNCIAS

- ALPATOV, Vladimir Mikhailovich & ASHNIN, Fedor Dmitrievich. Evraziistovo v zerkale OGPU-NKVD-KGB. Vestnik Eirazii, vol. 2, nº 3, 1996, pp. 5-18.
- ANDREW, Christopher & MITROKHIN, Vasili. The Sword and the Shield: the Mitrokhin Archive and the secret history of the KGB. New York: Basic Books, 2001.
- BADSAY, Stephen & LATAWSKI, Paul. Britain, NATO and the lessons of the Balkan Conflicts, 1991-1999. New York: Frank Cass, 2004.
- BLACK, Joseph Laurence. Russia faces NATO expansion: bearing gifts or bearing arms? New York: Rowman & Littlefield Publishers, 2000.
- BLIGHT, James & WELCH, David. Intelligence and the Cuban Missile Crisis. Abingdon: Frank Cass Publishers, 1998.
- BORAWSKI, John & YOUNG, Thomas-Durell. NATO after 2000: the future of the Euro-Atlantic Alliance. Westport: Praeger Publishers, 2001.
- BRANNON, Robert. Russian civil-military relations. Farnham: Ashgate Publishing Limited, 2009.
- BRÜCKER, Herbert. Russia's foreign debt following long-term debt rescheduling. Economic Bulletin, vol. 33, nº 8, August 1996, pp. 19-28.
- CARR, Fergus & FLENLEY, Paul. NATO and the Russian Federation in the new Europe: the Founding Act on Mutual Relations. Journal of Communist Studies, vol. 15, nº 2, April-June/1999, pp. 88-110.
- CHAUDET, Didier; PARMENTIER, Florent & PÉLOPIDAS, Benoît. When Empire meets Nationalism: power politics in the US and Russia. Farnham: Ashgate Publishing Limited, 2009.
- CHIODO, Abigail & OWYANG, Michael. A case study of a currency crisis: the Russian default of 1998. Federal Reserve Bank of St. Louis Review, nº 84, November-December/2002, pp. 7-18.
- COLUMBUS, Frank. Russia in transition, Vol. 2. New York: Nova Science Publishers, 2003.
- DONALDSON, Robert, NADKARNI, Vidya & NOGEE, Joseph. The Foreign Policy of Russia: changing systems, enduring interests. London: ME Sharp, 2014.
- DUGIN, Aleksandr. La grande guerre des continents. Paris: Avatar Editions, 2006.

- DUGIN, Aleksandr. Last war of the World-Island: the Geopolitics of contemporary Russia. London: Arktos, 2015.
- DUHAMEL, Luc. The KGB campaign against corruption in Moscow, 1982-1987. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2010.
- DULA, Arthur, RUBINO, Renee, TRACY, Lynne. Bringing down the barriers: American laws that impede trade with the CIS. *Akron Law Review*, vol. 26, n° 3-4, Winter-Spring 1993, pp. 441-463.
- DUNLOP, John. Aleksandr Dugin's Foundations of Geopolitics. *Demokratizatsiya*, vol. 12, n° 4, Winter 2004, pp. 41-57.
- DYER, Karen Leigh & SIMPKINS, Pamela K. The Trust. Arlington: Security and Intelligence Foundation, 1989.
- FERGUSON, Joseph. Japanese-Russian Relations, 1907-2007. New York: Routledge, 2008.
- FREITAS, Sarah & KAR, Dev Kar. Russia: illicit financial flows and the role of the underground economy. Washington: Global Financial Integrity, 2013.
- GAO - UNITED STATES GENERAL ACCOUNTING OFFICE. International efforts to aid Russia's transition have had mixed results. Washington: Government Printing Office, 2000.
- GERTZ, Bill. Betrayal: how the Clinton administration undermined American security. Washington: Regnery Publishing, 1999.
- GOLDGEIER, James & MCFAUL, Michael. Power and purpose: US policy toward Russia after the Cold War. Washington: Brookings Institution Press, 2003.
- GOLITSYN, Anatoliy. New lies for old. New York: Dodd, Mead & Company, 1984.
- GOLITSYN, Anatoliy. The Perestroika Deception. New York: Edward Harle, 1995.
- GORBATCHEV, Mikhail. Memoirs. New York: Doubleday, 1996.
- GORBATCHEV, Mikhail. Perestroika: novas idéias para o meu país e o mundo. São Paulo: Círculo do Livro, 1987.
- GRAY, John. Post-liberalism: studies in political thought. New York: Routledge, 1996.
- HOLZMAN, Michael Howard. James Jesus Angleton, the CIA and the craft of counterintelligence. Amherst: University of Massachusetts Press, 2008.
- KNIGHT, Amy. Spies without cloaks: the KGB's successors. Princeton: Princeton University Press, 1996.
- KOZYREV, Andrei. The new Russia and the Atlantic Alliance. *NATO Review*, vol. 41, n° 1, February/1993, pp. 3-6.
- LANE, Timothy Lane; ODING, Nina & WELFENS, Paul. Real and financial economic dynamics in Russia and Eastern Europe. Berlin: Springer-Verlag, 2003.
- LARRABEE, Frederick Stephen. NATO's Eastern Agenda in a New Strategic Era. Santa Monica: RAND, 2003.
- LÊNIN, Vladimir. Collected Works, Vol. 42. Moscow: Progress Publishers, 1969.
- LEWIS, Rand. COCOM: a international attempt to control technology. *DISAM Journal*, vol. 13, n° 1, Fall 1990, pp. 66-73.
- MANKOFF, Jeffrey. Russian foreign policy: the return of great power politics. New York: Rowman & Littlefield Publishers, 2012.
- MENGES, Constantine. An initial assessment of US aid to Russia, 1992-1995. *Demokratizatsiya*, vol. IV, n° 4, Fall 1996, pp. 538-560.
- MORNINGSTAR, Richard. Newly Independent States of the former Soviet Union: US policy and assistance. Hearing before the Committee on International Relations – House of Representatives. Washington: Government Printing Office, 1995.
- NATIONAL RESEARCH COUNCIL. Dual-use technologies and export control in the Post-Cold War Era. Washington: National Academy Press, 1994.
- NATIONAL RESEARCH COUNCIL. Global trends in computer technology and their impact on export controls. Washington: National Academy Press, 1988.
- NIZAMEDDIN, Talal. Russia and the Middle East: towards a new foreign policy. London: Hurst & Company, 1999.
- PACEPA, Ion Mihai. Desinformação. Campinas: Vide Editorial, 2015.
- PÉREZ, José Luis Lafuente. Análisis de las elecciones rusas. *Revista Ejército*, año LVI, n° 659, Enero/1995, pp. 59-65.
- PIPKO, Simona. The Russian Factor: from Cold War to Global Terrorism. Bloomington, XLibris Corporation, 2006.
- PONSARD, Lionel. Russia, NATO and cooperative security: bridging the gap. New York: Routledge, 2007.
- REDDAWAY, Peter & GLINSKI, Dmitri. The tragedy of Russia's reforms: market bolshevism against democracy. Washington: The United States Institute of Peace Press, 2001.

- RODMAN, Peter Warren. Old foe of the West. Testimony, vol. 66, n° 781, January/1996, p. 53.
- SENGUPTA, Anita. Heartlands of Eurasia: the geopolitics of political space. Plymouth: Lexington Books, 2009.
- SHEKHOVTSOV, Anton. Alexander Dugin and the West European New Right, 1989-1994. In: LARUELLE, Marlene (Org.). Eurasianism and the European Far Right: Reshaping the Europe-Russia Relationship. New York: Lexington Books, 2015, pp. 35-54.
- SHOEMAKER, Merle Wesley. Russia and the Commonwealth of Independent States: 2014. New York: Rowman & Littlefield Publishers, 2015.
- ŠLEIVYTE, Janina. Russia's European Agenda and the Baltic States. New York: Routledge, 2010.
- SMITH JUNIOR, Harold. Newly Independent States of the former Soviet Union: US policy and assistance. Hearing before the Committee on International Relations – House of Representatives. Washington: Government Printing Office, 1995.
- STENT, Angela. Russia and Germany reborn: unification, the Soviet collapse, and the New Europe. Princeton: Princeton University Press, 1999.
- SUTTON, Antony. Western Technology and Soviet Economic Development, 1917-1930. Stanford: Hoover Institutions Publications, 1968.
- TARLOWE, Rochelle. Deregulating dual-use exports to Russia: is US National Security at risk? Fordham International Law Journal, vol. 18, n° 3, March 1995, pp. 959-1004.
- TARNOFF, Curt. US bilateral assistance to Russia: 1992-2002. Washington: Congressional Research Service, 2003.
- TRUSCOTT, Peter. Russia first: breaking with the West. New York: I.B. Tauris Publishers, 1997.
- UMLAND, Andreas. Aleksandr Dugin's transformation from a lunatic fringe figure into a mainstream political publicist, 1980-1998. Journal of Eurasian Studies, vol. I, n° 2, July-December/2010, pp. 144-152.
- UMLAND, Andreas. Fascist tendencies in Russia's political establishment: the rise of the International Eurasian Movement. Russian Analytical Digest, n° 60, May 19, 2009, pp. 13-17.
- YAKOVLEV, Alexander. Time of Darkness. Moscou: Materik, 2003.